Município
Palmela
Assembleia Municipal

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Palmela

Realizada no dia 27 de junho de 2019

Ata N.º 20

No dia vinte e sete de junho de dois mil e dezanove, pelas vinte horas e quarenta e sete minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

PONTO DOIS – Contrato Interadministrativo celebrado entre a Câmara Municipal de Palmela e a União das Freguesias de Poceirão e Marateca – Construção de muro na Avenida da Liberdade em Águas de Moura, junto ao Bairro Popular;

PONTO TRÊS – Contrato-Programa entre o Município de Palmela e a Palmela Desporto, Empresa Local de Promoção do Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, E.M. Unipessoal, Lda;

PONTO QUATRO – Contas Consolidadas 2018;

PONTO CINCO – ADREPAL, Lda. – Transmissão do património imobiliário - prorrogação do prazo para outorga do contrato definitivo.

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, pelo Primeiro Secretário, Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete e pelo Segundo Secretário, Sra. Andreia Sofia Dias Bento.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Domingos da Costa Rodrigues;
- Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete;
- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sr. Nidberto Patuleia Paiva;
- Sr. Carlos Alberto das Neves Moço;
- Sr. Joaquim Pereira Pires;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sr. Nuno Duarte Ribeiro Delgadinho;
- Sr. Luis Manuel Paciência Pato;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sr. José Manuel da Cruz Silvério;

- Sra. Ana Elísia Gonçalves Monteiro;
- Sr. Rui Manuel Marques Lourenço;
- Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques;
- Sr. António Manuel Camacho Guerreiro Godinho;
- Sr. Jorge Manuel Marques Freitas;
- Sra. Patrícia Alexandra da Silva Bento Caixinha;
- Sra. Helena Maria Braz de Almeida Matos Gaspar.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Maria Rosa Pinto Bôcas;
- Sr. Colin Michael Mateus Marques;
- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Por parte do Movimento Independente Pela Mudança (MIM):

- Sra. Maria Luísa da Costa Fragoso Paulino;
- Sr. Mário Rui Faustino Baltazar.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE)

- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos;
- Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira.

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sra. Maria João Camolas Contente Caleira;
- Sra. Paula Cristina Guerreiro Sobral;
- Sr. Manuel Joaquim Fernandes Lagarto.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. Jorge Manuel Cândido Mares.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sr. Vereador Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha;
- Sr. Vereador António Manuel da Silva Braz;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;

- Sra. Vereadora Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo;
- Sra. Vereadora Patrícia Maria Oliveira da Silva Cordeiro;
- Sra. Vereadora Palmira Maria Santinhos Hortense.

Iniciando os trabalhos, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que:

- **Sra. Paula Cristina Guerreiro Sobral da CDU,** justificou ausência à sessão, por motivos pessoais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Luis Manuel Paciência Pato** que se encontrava presente.

- **Sr. Jorge Manuel Cândido Mares do PS, Presidente da Junta de Freguesia de Palmela,** justificou ausência à sessão, fazendo-se representar por **Helena Maria Bráz Almeida Matos Gaspar,** secretária do executivo, que se encontrava presente.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse do novo Membro **Sr. Luis Manuel Paciência Pato da CDU** que após juramento de honra e assinada a respetiva ata, que fica apensa à presente, foi empossado no cargo.

Informou, ainda, a **Sra. Presidente da Mesa** que os/as Srs./Sras. Membros em falta se encontram atrasados e iniciarão a sua participação mais tarde.

Solicitou a **Sra. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

<u>Período Intervenção dos Munícipes</u>

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Como sabem, formalmente, há um período delicado a intervenção do público ainda antes do período da antes da ordem do dia e eu pergunto aos munícipes presentes se desejam a falar e colocar alguma questão à Assembleia.

Muito bem então tem a palavra, pedia só que se identificasse dizendo o nome e o assunto."

A **Sra. Inês Garcia:**

"Muito boa noite, o meu nome é Inês Garcia e estou aqui em representação da AJITAR - Associação Juvenil Ideias Transformam a Realidade, uma associação juvenil de Palmela.

Muito boa noite, Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara Municipal de Palmela.

Há cerca de um mês, mês e meio, a AJITAR tem vindo a desenvolver um projeto de reflorestação sustentada da encosta sul do Castelo de Palmela com atenção, também, na valorização dos resíduos urbanos, porque queremos construir uma Palmela sustentável que nos ofereça um futuro neste planeta. No dia oito de junho fizemos uma apresentação pública na sede da AJITAR e lançámos uma petição que conta já quase com cento e cinquenta assinaturas.

No dia onze de junho, enviámos um e-mail ao Sr. Presidente, ao Sr. Vereador Luís Calha e à Sra. Vereadora Fernanda Pésinho a pedir a realização de uma reunião para apresentarmos o projeto e para vermos qual a possibilidade de fazermos um protocolo de parceria com a Câmara, porque achamos que só com o apoio da

Câmara poderemos construir este projeto que é um projeto muito ambicioso. Pedimos no dia onze de junho que a reunião fosse no dia vinte e oito porque como todos trabalhamos para que pudéssemos estar todos presentes. A resposta veio-nos só hoje em que nos informaram que o assunto tinha sido encaminhado para o Sr. Vereador Luis Calha e sem nenhuma informação sobre quando poderia ser realizada a reunião. Nós tínhamos, também, já pessoas da QUERCUS que estavam interessadas em participar na reunião, em saber essa informação, e só hoje é que obtivemos uma resposta que não é uma resposta. Nós sabemos que os prazos que nós pedimos, duas semanas, se calhar era impossível de poder ser dia vinte e oito, mas achamos lamentável que não houvesse uma resposta sobre uma contra proposta de data.

Em todo o caso neste contexto de emergência global, gostaríamos de saber qual é a disponibilidade da Câmara Municipal de Palmela para participar num projeto deste género para nos ajudar a fazer cumprir este projeto e já que o projeto tem um caráter ambiental muito forte gostávamos, também, que considerassem a hipótese de colocar uma pessoa na reunião do pelouro do Ambiente.

É tudo".

A **Sr. Cristina Maria Palhinhas Moura da CDU** iniciou participação nos trabalhos pelas 20:55 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sim senhora, muito bem, obrigada Inês.

Mais alguma questão, mais alguma intervenção?"

O **Sr. João Santos:**

"Boa noite a todos, sou João Santos, eu venho falar no seguimento do mesmo projeto que a minha colega falou e não sei se posso fazer perguntas."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Pode, pode."

O **Sr. João Santos:**

"Soube, recentemente, que a Câmara Municipal de Palmela, lançou um projeto, uma campanha, que se chama "Palmela Inspira Ambiente", em que pede o apoio das associações e de munícipes, e que gostaria de saber que estratégias é que a Câmara Municipal de Palmela tem para questões como a economia circular, a valorização de resíduos, o Centro Histórico nessas matérias tem um longo caminho a percorrer, pelo menos na minha ótica, e de que forma o nosso projeto se pode enquadrar e de que forma nós podemos trabalhar com a Câmara de Palmela para participar nessa na campanha."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sim senhor, muito bem, obrigada.

Agora pergunto ao Sr. Presidente da Câmara, ou ao Sr. Vereador se assim o entender, se quer usar da palavra."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigada, Sra. Presidente.

Muito boa noite a todas e a todos os Membros da Assembleia, Sras. e Srs. Vereadores, caros jovens munícipes, comunicação social.

Relativamente às questões aqui apresentadas em primeiro lugar, e sem a adjetivar como adjetivou, informar que esta questão da marcação das reuniões, naturalmente, tem que ver com a nossa disponibilidade de agenda e tem que ver, também, com outro aspeto. A Sra. Vereadora do pelouro está de férias, tem a área do Ambiente, e o Sr. Vereador Luís Miguel Calha na data que os senhores propuseram, mas quem agenda somos nós naturalmente, temos a abertura do Festival da Liberdade, um fórum onde, também, essas matérias estão certamente em discussão para além do encontro das associações juvenis, da música, etc., em Santiago do Cacém. A data não foi a ideal, e considerando o período de férias da Sra. Vereadora, a informação que vos foi dada é que o assunto e a reunião vai ser exclusivamente com o Sr. Vereador, Luís Miguel Calha que terá todas as informações que os senhores entenderam."

A **Sra. Inês Garcia:**

(Gravação não audível por não se ter dirigido ao microfone)

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sim nós percebemos, deixe lá ouvir o Sr. Presidente da Câmara."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sim senhora, mas como disse que é lamentável eu quero, também, que perceba que eu recebo toda a gente, a toda a hora e a todo o instante. Olhe, por causa disso, pela quarta noite não vou a casa e não janto, percebe? Agora há, de facto, limites para a nossa disponibilidade e tenho todo o prazer em receber-vos, até eu, e para vos dizer, também, que são bem-vindos porque não temos notícias da AJITAR há muito tempo. É que, se calhar, temos de começar por aí e temos um protocolo em que a associação tem responsabilidades para com a Câmara. Quero dizer-vos que contamos convosco, somos parceiros, mas não coloquem a questão do género parece que a Câmara demora tempo a responder, não quer reunir. Temos todo o interesse em reunir e, sobretudo, dar-lhes a conhecer precisamente o trabalho que a Câmara faz nessa área.

Aproveito para lhe dizer, já ouviu falar do pacto de Milão? Certamente, então tem que ver com os circuitos curtos, com o trabalho que fazemos com os nossos produtores ligando-os à distribuição de proximidade, tudo isso fazemos. Temos projetos, até reconhecidos nacional e internacionalmente, nessa matéria sobre a economia circular, sobre a reflorestação. Todos os anos celebramos o mês da floresta autóctone e temos todo o prazer em encontrar, temos até dadores de espécies, em fazer plantações, estamos inteiramente disponíveis para falar convosco todas estas questões da sustentabilidade ambiental. Possivelmente não sabem mas somos, neste momento, com o número de projetos pré-aprovados na área da produção solar fotovoltaica dos concelhos com mais área da chamada energia verde e, portanto, temos muito gosto em não só dar-vos essa informação mas, sobretudo, contar convosco para fazer esse caminho em que estamos fortemente empenhados.

A AJITAR é bem-vinda, vai ter a reunião o mais breve possível antes do Sr. Vereador ir de férias, porque pode acontecer também ele ir de férias, mas a reunião não foi logo agendada porque, também, o vosso pedido incluía a Sra. Vereadora que tem o pelouro do Ambiente, mas não haverá problema porque, no âmbito da transversalidade das nossas matérias, o Sr. Vereador, também, tem toda a informação e está perfeitamente habilitado para trabalhar convosco, ouvir as vossas propostas e trabalharmos em conjunto. Peço-vos só um pouco mais de paciência, não vai ser dia vinte e oito porque, de facto, não conseguimos desdobrar-nos em mais coisas. Temos o aniversário da freguesia do Poceirão, temos da União de Freguesias, da Marateca, temos aberturas de festas de vários eventos, ouça talvez só domingo à tarde, pode ser? Eu penso que na semana seguinte, no início de Julho, vamos ter oportunidade de agendar essa reunião e espero que ela seja, de facto, muito produtiva e do vosso agrado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sim senhor, muito bem. Então e sobre a questão da campanha Sr. Presidente?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"A campanha tem várias dimensões que vão desde questões de sensibilização ambiental, desde a deposição de resíduos, às questões das energias alternativas, às questões da mobilidade e, obviamente, estas questões da pegada ecológica reduzem-se de várias formas, precisamente com esta transversalidade, desde os transportes públicos à reflorestação, às energias alternativas e, portanto, vamos ter oportunidade se quiser discutir isso a gente discute. Nós estamos integrados na Agenda 21 local e todas as nossas práticas estão nesse caminho, se os senhores quiserem fazer propostas que acrescentem valor a este trajeto, até porque este caminho não é um caminho da Câmara, enquanto órgão do município, é um caminho dos cidadãos do concelho de Palmela e, portanto, contamos convosco, com as associações juvenis, ambientais, com os cidadãos individualmente, juntos é que faremos esse caminho e trabalharemos em conjunto, certamente, a partir da próxima reunião ouvindo, também, as vossas propostas."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, sim senhor, então o tema continuará.

Pergunto se há mais alguma questão, vejo uma senhora lá atrás, não há outras intervenções neste período?"

Não havendo mais intervenções, a **Sra. Presidente da Mesa** passou de imediato ao Período de Antes da Ordem do Dia.

Período de Antes da Ordem do Dia

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Temos muitos pontos para apresentar neste período de antes da ordem do dia sob a forma de Moções e outras figuras instrumentais. Temos dez pontos neste período de antes da ordem do dia, claro que alguns são requerimentos, e não vamos discuti-los, mas é só para dizer que há aqui várias questões colocadas para além dos pontos da ordem de trabalhos propriamente dita.

Eu penso que os Srs. Membros da Assembleia têm nota do conjunto de documentos que aqui temos presente hoje. Não vou referir, porque depois vou intercalar, mas vamos começar com a apresentação por parte do Bloco de Esquerda de uma Moção em defesa dos transportes públicos e depois, eu vou intercalar, não dou a palavra ao Bloco logo a seguir e darei, provavelmente, de acordo com a ordem de entrada, que é o que aqui está, ao PSD/CDS para apresentar a Proposta acerca do memorial aos combatentes da guerra do Ultramar.

Então quem vai usar da palavra em nome do Bloco?"

Moção BE "Em defesa dos transportes públicos"

Tomou a palavra o **Sr. Carlos Oliveira** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e nove a favor (treze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sr. Membro da Assembleia.

Srs. Membros da Assembleia está aberta a discussão sobre este a Moção.

Há alguma intervenção? Tem a palavra Partido Socialista, por favor."

O **Sr. Manuel Joaquim Fernandes Lagarto da CDU** iniciou participação nos trabalhos pelas 21:05 horas.

O **Sr. Jorge Freitas do PS:**

"Boa noite a todos, apresento cumprimentos a todos na pessoa da Sra. Presidente.

Efetivamente a questão da mobilidade e dos problemas que têm afetado a população de Palmela, em particular, e a margem sul é uma problemática que o presente Governo tem tomado algumas medidas de tentativa de resolver um problema que se foi degradando ao longo dos tempos.

Efetivamente esta Moção do Bloco Esquerda toca e aflora, aqui, problemas importantes, no entanto queríamos dizer o Bloco e propor que, efetivamente, não faça só da Câmara como veículo de transmissão da mensagem mas, também, incluir e responsabilizar a Câmara pela melhoria dos transportes dentro do concelho e só isso.

Nós vamos votar a favor a presente Moção."

A **Sra. Maria João Camolas Contente Caleira da CDU** iniciou participação nos trabalhos pelas 21:07 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sr. Membro da Assembleia Jorge Freitas.

Tem a palavra CDU, Sr. Membro da Assembleia Domingos Rodrigues."

O **Sr. Domingos Rodrigues da CDU:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Através da Sra. Presidente cumprimento todos os presentes na sala.

Creio que esta a Moção, dizer claramente que há aqui umas pequenas coisas que para nós não é de fundo e que vamos votar favoravelmente.

Mas gostaríamos de dizer que, de facto, vale a pena lutar e esta luta não tem sido só na atual legislatura. Esta luta, se a gente se recordar, sobre a tentativa de melhores transportes já fez vinte anos. Na Assembleia da República esta a luta foi desenvolvida por vários partidos e, em particular, pelo meu partido o Partido Comunista Português, mas para dizer que, de facto, é bom ressalvar também isto que eu disse.

Não vemos nada contrário, vamos votar favoravelmente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Tem a palavra agora o PSD/CDS."

O **Sr. Colin Marques do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Boa noite a todos.

Relativamente a esta Moção na defesa dos transportes públicos, é curioso que agora o Bloco venha exigir à Câmara Municipal de Palmela que faça aquilo que não tiveram oportunidade para fazer quando aprovaram os quatro Orçamentos de Estado deste Governo que previa pelo menos um investimento em transportes.

Obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Há mais alguma intervenção?

Tem a palavra o MIM, agora."

A **Sra. Maria Luisa Paulino do MIM:**

"Boa noite a todos. Na pessoa da Sra. Presidente cumprimento os presentes todos na sala, inclusivamente a assistência.

O Movimento vai votar a favor porque, realmente, tudo aqui o que está plasmado é uma pura realidade infeliz, mas nós compartilhamos com uma posição do Bloco de solicitar um apoio acérrimo da Câmara Municipal de Palmela para resolver estes problemas."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra agora o Partido Socialista."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Muito obrigada, Sra. Presidente.

Muito boa noite, apresento-lhe os meus cumprimentos bem como aos restantes membros dessa prestigiada Mesa. Apresentar os meus cumprimentos ao Sr. Presidente da Câmara, às Sras. Vereadoras, aos Srs. Vereadores, aos caros colegas da Assembleia, cumprimentar os técnicos e técnicas da Câmara hoje aqui a exercer funções, ao público presente e um cumprimento particular à comunicação social presente.

Eu quero só aqui que fosse levado em linha de conta nesta Moção, e acompanhando também de algumas preocupações e sublinhando o papel na Assembleia da República, particularmente, muito vertical por parte do PCP e agora no final da legislatura de certa forma a agressividade do Bloco de Esquerda, para dizer o seguinte, e também para responder ao que foi dito pelo PSD, dando aqui que têm de ser levados em linha de conta e as pessoas parecem esquecer.

Nos transportes públicos, e são dados estatísticos independentes e oficiais que qualquer um de vocês pode consultar, de dois mil e onze a dois mil e quinze, portanto PSD/CDS, os passageiros diminuíram em geral dezoito por cento. A oferta diminuiu vinte por cento e os recursos humanos diminuíram dezoito por cento, portanto, belo trabalho do PSD e CDS. De dois mil e quinze até hoje, nesta legislatura, o número de passageiros aumentou treze por cento, a oferta aumentou dez por cento, ao contrário do que todos os dias ouvimos uma propaganda e por isso é que eu peço ao Bloco que não alinhe nisso, e os recursos humanos aumentaram cinco por cento. Com a entrada dos novos passes, por exemplo, houve um aumento de passageiros na Fertagus de vinte por cento, na Transtejo e Soflusa aumentaram dez por cento, na Carris mais de doze por cento, foi doze vírgula oito por cento até ao dia seis deste mês, e no Metro mais de dezoito por cento. Portanto, isto tem que ser levado em linha de conta que há um passivo que foi deixado por aquela gente que nós não podemos menosprezar e não podemos andar atrás daquilo que vemos na televisão, porque há uma campanha, desculpem-me a expressão, bafiosa e todos os dias a gente assiste a isso.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Tem agora a palavra, novamente, o PSD/CDS."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"O Bloco nesta Moção, uma vez que já iniciou a sua campanha eleitoral até em termos nacionais, vem aqui continuar a culpar o desinvestimento público e os cortes feitos durante o Governo PSD/CDS. Hão-de passar alguns vinte anos e ainda o Portas e o Passos Coelho é que hão-de ter a culpa, eu não sei o que é que os senhores estão lá a fazer a viabilizar os orçamentos. Em todo o caso quero aqui relembrar que este desinvestimento muito dele foi feito há conta da bancarrota que o PS lá deixou e que os senhores aqui nada referem e esquecem. Mas eu até dou isso de barato porque percebo o entendimento, mas quando somos coerentes com as posições temos que ver tudo. Eu também nem sempre concordei com todas as medidas do nosso Governo, e aqui disse algumas vezes, agora viabilizar orçamentos e depois no fim da legislatura vir com as bandeiras a dizer que o PS não fez então o que e que os senhores estavam lá a fazer, pergunto eu. Esta política, para mim, não é uma política de coerência em primeiro lugar.

Em segundo lugar, eu nunca gostei muito de percentagens e isto verifica-se no até nos aumentos salariais, dez por cento sobre cinco mil são sempre muito mais de que dez por cento sobre quinhentos não é? Portanto, isto que as percentagens eu gosto mais de ver em números. Obviamente que o Bloco ao trazer aqui esta Moção está no seu direito, isto é há liberdade de expressão.

Não votaremos favoravelmente, não porque não nos preocupemos com os munícipes de Palmela, aliás esta nossa luta até mais junto com a CDU e alguns elementos do PS quando estive na freguesia, há aqui testemunhas que lutámos por isso e por melhores transportes até pelos horários que fossem afixados nas paragens, que é uma coisa que não se percebe neste concelho e que aí não é só responsabilidade dos operadores. Em todo o caso também aqui já nesta Assembleia referimos, e o Sr. Presidente disse que tinha um estudo até sobre os transportes e a mobilidade no concelho e que junto da AML ía fazer pressão para que os transportes no concelho melhorem. No que diz respeito ao CDS, e também ao PSD, até nos concelhos do Barreiro e noutros concelhos, temos tomado posição, portanto isto não é nada de novo para nós e não vimos aqui trazer à última hora quase na penúltima assembleia ordinária antes das eleições para dizer que nos preocupamos com os munícipes, efetivamente preocupamo-nos com os munícipes.

A questão do desinvestimento que eu me lembre, para já há aqui uma falta de seriedade porque desde o 25 de Abril, se formos analisar, o PS governou mais anos que o PSD e o CDS então ainda governou menos anos, portanto logo aqui está uma clara falsidade mas isso é política e nessa parte pouco me interessa. A questão é que junto desta Assembleia já trouxemos várias vezes o problema e preocupamo-nos com isso, mas não votamos favoravelmente este desiderato do Bloco porque não precisamos disto para defender os munícipes nem dizer faltar aqui a algumas verdades e, portanto, na questão do investimento continuamos à espera de ouvir. Aqui dissemos nesta Assembleia, quando da CDU propôs a abolição das portagens da Brisa, aqui em Palmela, que não era essa a solução para nós. Tínhamos que ir muito para além disso, e está tudo, mas quero dizer que também não vamos votar contra, apesar de alguns desideratos de linguagem aqui contidos e com falta de verdade. A nossa posição será a de abstenção."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma intervenção.

Pergunto ao Bloco de Esquerda se quer adiantar alguma coisa? Não.

Então vamos votar."

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e oito votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, dois do MIM e dois do BE) e três abstenções do PPD/PSD.CDS-PP.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Passo agora a palavra ao PSD/CDS para apresentação da proposta de Memorial então aos Combatentes da Guerra do Ultramar."

Proposta PPD/PSD.CDS-PP "Memorial aos Combatentes da Guerra do Ultramar"

Tomou a palavra o **Sr. Colin Marques** para apresentar a Proposta, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Sobre a Proposta foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Está aberta a discussão acerca desta proposta que é apresentada. Sras. e Srs. Membros da Assembleia, alguma questão?"

Dou a palavra ao Partido Socialista, Sr. Membro José Carlos de Sousa."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Obrigada, Sra. Presidente.

Muito boa noite para si, para os elementos que constituem a Mesa, Sr. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, caríssimos Membros da Assembleia Municipal, público presente, técnicos do município, Srs. jornalistas uma boa noite a todos e todas.

Eu tenho uma dificuldade, ou nós temos alguma dificuldade em votar este tipo de moções porque pergunto sempre estamos a falar de quê? Estamos a falar de quantas pessoas, estamos a falar de quê? Enfim, tenho alguma dificuldade muito clara, não tenho nada contra a Proposta está bem gizada, mas falar na construção do memorial aos combatentes da guerra do Ultramar no espaço público com visibilidade e se nós olharmos para o concelho temos muitos monumentos ou efemérides vertidas em rotundas, etc, não me choca isso. Choca-me mais o facto de se propor aqui a realização de um conjunto de iniciativas sobre o conflito e da participação dos militares do concelho no mesmo. Eu não sei quantos destes militares estão vivos hoje sequer, eventualmente estarão muitos, mas eu não tenho a noção do número, se são dez, se são mil, se são dez mil, portanto, tenho alguma dificuldade a esse nível. O grupo de trabalho, por mim nada a obstar mas gostava de ter, efetivamente, alguns dados mais para podermos, e com alguma substância, conseguir votar favoravelmente sem que isso implique que tenhamos depois de vir a repensar aquilo que está aqui proposto.

Era só Sra. Presidente. Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sr. Membro da Assembleia.

Agora tem a palavra a bancada da CDU, Sr. Membro da Assembleia Domingos Rodrigues."

O **Sr. Domingos Rodrigues da CDU:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu começo por dizer que não percebo se isto é uma Proposta, uma Moção, uma Resolução, o que é esta coisa, não é? É uma questão que nós aqui também devíamos ver.

Em termos globais do que está aqui, eu não sou advogado de defesa do Bloco de Esquerda mas apetecia-me dizer isto assim: então ainda agora estavam preocupados com o Bloco de Esquerda há dois anos enão sei que mais e que anda campanha. Eu tenho impressão que, de facto, com isto andasse em campanha e que estão a esquecer-se dos quarenta e cinco anos da revolução, isto deve ser campanha do 24 de Abril e por conseguinte nós temos uma opinião muito concreta sobre esta matéria.

E já agora, parece-me que quem faz isto, daquele lado, anda um bocado distraído. Então o Poceirão não tem lá um monumento? Então o Pinhal Novo também não? Não houve reuniões e não continua a haver com a Câmara e com esta associação? Nada disto existe? Ou será que estamos à procura dum monumento do estilo do cristo-rei para pôr em cima ali do sítio mais alto de Palmela para ser visto por algumas pessoas? Saudosistas do passado, aceito e com esta perspetiva de trazer isto aqui vamos fazer, vamos construir e depois passa-se a bola assim com uma grande facilidade.

Mas 25 de Abril foi há quarenta e cinco anos, não é campanha e vamos continuar com isto. E é esta coisa da guerra do Ultramar, quase que me apetece dizer é que quem esteve a lutar de cá, para lá ou de lá para cá, porque a guerra do Ultramar também teve várias frentes de guerra e se também são saudosistas nisso, nós dizemos não! E como dizemos não, a nossa bancada vai votar contra este documento que foi posto assim aqui."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Srs. Membros da Assembleia tem agora palavra o Bloco de Esquerda."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Em primeiro lugar, esta proposta será votada ou é só para fazemos comentários sobre o assunto?"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"É uma pergunta?"

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Sim."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Então eu respondo.

Srs. Membros da Assembleia vão ao Regimento, ao artigo onze, Direitos dos membros da Assembleia, alínea c): apresentar, preferencialmente por escrito, propostas, recomendações, pareceres, moções e requerimentos. A questão é que, depois mais à frente, o que se diz é que os requerimentos não são discutidos, o que é votado é a admissão do requerimento. O requerimento é uma coisa que é para ser muitas vezes até para prestar esclarecimentos, e se é para prestar esclarecimentos nós não vamos aqui discutir o conteúdo do requerimento, votamos a admissão do requerimento e segue o seu percurso. Relativamente ao resto, propostas, recomendações, pareceres e moções e requerimentos, com essa a nuance que introduzi, são votados.

Isto, enfim, é uma proposta, nós podemos estar de acordo ou em desacordo, mas é uma proposta e está dito no título, é uma proposta."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente pelo esclarecimento.

Nesse caso eu vou então aqui tecer alguns comentários, e depois direi qual é a posição sobre a proposta.

Não sou da mesma opinião do caro colega ali da bancada do PS, o Sr. José Carlos de Sousa em relação à boa construção desta proposta. Logo aqui última frase do segundo parágrafo que diz: *"… os militares do concelho que combateram na Guerra do Ultramar, que responderam a um esforço extraordinário…"* , que remédio pois não tinham outra escolha, não é? Então tinham que servir assim não iam como voluntários, era à força. Com todo o respeito que eu tenho por quem participou nestes eventos dramáticos da história do nosso país, eu acho que e como já há aqui foi dito, pelo Sr. Membro da Assembleia Domingos Rodrigues, já existe no nosso concelho uma associação da Liga dos Combatentes que tem tido apoio por parte da Municipal de Palmela. Também já existem alguns monumentos que dignificam esse esforço, portanto, não vejo a necessidade de que haja mais um monumento num local visível e, por isso, o Bloco de Esquerda com esta proposta irá votar abstenção.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"A proposta foi vossa, não foi? Então ficam para o fim.

Há um outro pedido de intervenção, dou a palavra novamente à CDU Sra. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Poceirão e Marateca."

A **Sra. Cecília Sousa da CDU:**

"Sra. Presidente, boa noite, na sua pessoa cumprimentar todos os presentes.

Apenas reforçar aqui as palavras do líder da Bancada da CDU e dizer que no passado dia vinte e nove de abril, no Poceirão no Jardim José Francisco Bento onde se encontra o monumento da Liga, que foi colocado pelo núcleo da Liga dos Combatentes de Pinhal Novo e com quem as Juntas de Freguesia, a Câmara Municipal tem tido uma parceria e um trabalho ativo, fizeram uma homenagem aos Combatentes da Guerra do Ultramar. Foram homenageados e condecorados alguns combatentes, a Câmara Municipal depositou uma coroa de flores e aí tivemos oportunidade de manifestar e homenagear aqueles que voltaram sãos e salvos, aqueles que infelizmente tombaram na Guerra do Ultramar, aqueles que nunca souberam o porquê e que foram obrigados a ir para uma guerra que não conheciam, que não sabiam por que é que lá estavam. Por isso dizer que temos muita honra no monumento que temos e que o núcleo que está sediado em Pinhal Novo, no Monte do Francisquinho, tem a sua sede lá, e lá também homenageiam todo o concelho.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sra. Presidente da União de Freguesias.

Agora sim para terminar a discussão, dou a palavra novamente ao CDS-PP Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Bem, quando a CDU aqui refere que há campanha nesta proposta então eu terei que dizer que também houve no Poceirão, não? Não faço esse tipo de comentários.

Efetivamente bem sabemos que existem esses pequenos monumentos, inclusive no Monte do Francisquinho onde a Liga tem a sede e que andou durante anos para ter sede e até chegaram, também, a contactar-nos e lembro-me que isso até foi anunciado numa reunião descentralizada de Câmara na freguesia de Quinta do Anjo, na Sociedade de Instrução Musical, e estamos de consciência tranquila ao apresentamos a esta proposta porque sempre a defendemos. Um monumento aqui a nível concelhio é um monumento diferente numa freguesia e, portanto, queríamos outra dignificação. Aceitamos as posições de cada um dos partidos nesta Assembleia, por isso é que há democracia e nem por isso os chamamos antidemocráticos e anti não sei quê e tudo o mais que queiram para aí dizer ou pensar, porque isto até ver ainda um país de liberdade. Aliás, este memorial até existe aqui num concelho bem perto, por exemplo, no Montijo e noutros concelhos até do Baixo Alentejo onde a CDU tem poder e exercício de poder e que tem uma dignidade diferente e um monumento mais dignificante. Isso do Poceirão também tínhamos conhecimento do que foi feito pela CDU aliás, até na Quinta do Anjo há placas de homenagem a alguns dos falecidos numa das guerras, e, também, nessa altura foi promovido com o apoio da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, liderada pela CDU, com maioria CDU, e nós não fomos lá dizer que andavam a fazer homenagens antes do 25 de Abril, isso também já é uma linguagem para nós que considero um bocado em desuso.

Portanto, mantemos a proposta. Os senhores votarão a favor, contra ou abstêm-se conforme quiserem, mas estamos cientes da existência desses dois monumentos mas queríamos uma coisa com mais amplitude e dignidade.

Quanto à observação do PS, há vários uns mortos, outros vivos, mas esse grupo de trabalho seria, efetivamente, em conjunto com a Liga para fazermos um levantamento. Se quiserem um levantamento antes também podemos fazer depois, antes de a proposta já não fazemos, não é? Primeiro quisemos saber a posição, não condicionamos os nossos votos por isso."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sra. Membro da Assembleia, terminou?"

Vou dar a palavra novamente à Sra. Presidente da União das Freguesias."

A **Sra. Cecília Sousa da CDU:**

"Sra. Presidente, peço desculpa, não entrando aqui num diálogo mas apenas só tecer dois comentários.

Primeiro, esta homenagem não foi feita no âmbito duma campanha foi feita no âmbito das comemorações do Dia Nacional do Combatente que é a nove de abril. Nós, em conjunto com a Liga, fizemos esta homenagem no dia que a Liga escolheu. Esse é um primeiro comentário não se trata de uma campanha, trata-se mesmo de uma data que é assinalada a nível nacional. Um segundo comentário que me permita, lamento que considere indigno o pequeno monumento na freguesia de Poceirão. Achamos que é condigno no Poceirão como em qualquer outro lado do concelho. Lamento que tenha essa posição de ser indigno este monumento, nós consideramo-lo completamente digno e que dignifica o concelho de Palmela, este monumento no Poceirão."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Membro da Assembleia, o PSD/CDS abusa um bocadinho desta figura que a gente em esclarecer, que é ora falas tu, ora falo eu e, portanto, falamos em duplicado.

Eu agora estava a falar, desculpe, que eu não costumo interrompê-la a não ser quando pretendo que conclua a sua intervenção e tenho esse direito enquanto Presidente da Mesa, como sabe, não é questão de

direito cabe-me esse papel, portanto os senhores agora vão-se entender eu dou mais uma vez a palavra ao PSD/CDS e entendem-se sobre quem a usa e fechamos a discussão com a vossa intervenção.

Muito bem, então tem a palavra Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Em defesa da honra da bancada, quero aqui dizer que não utilizei o termo indigno. Eu disse um monumento com mais dignidade, maior, mais relevante e, portanto, uma coisa com mais dignidade não é uma coisa indigna e se as pessoas não conhecem bem a língua portuguesa aí já não é culpa minha aí o SR. Presidente é que poderá dar o seu contributo.

Obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Pronto, então nós vamos terminar a esta discussão.

Penso que está claro para todos, independentemente de as posições mais individuais de cada um, que o que parece estar aqui em causa no essencial é uma proposta concreta, que valorizada de acordo com o texto e os seus subscritores, e está igualmente em causa uma posição de quem considera que o tema está suficientemente tratado no concelho e, portanto, a questão é se a proposta se justifica ou não se justifica. Vamos votar."

Submetida a Proposta a votação, foi a mesma rejeitada, por maioria, com três votos a favor do PPD/PSD.CDS-PP, quinze votos contra da CDU e treze abstenções (nove do PS, dois do MIM e dois do BE).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Passamos ao ponto seguinte nesta nossa lista de temas, e agora vou dar a palavra à CDU para apresentar a moção sobre classificação das freguesias está bem?"

Moção CDU "Pela classificação das freguesias de Marateca e do Poceirão conmo zonas desfavorecidas e freguesias rurais"

Tomou a palavra a **Sra. Cecília Sousa** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sim senhora, muito bem, obrigada Sra. Presidente da Junta da União das Freguesias de Poceirão e Marateca.

Srs. Membros da Assembleia está aberta a discussão. Quem quer usar da palavra sobre esta Moção? Alguma intervenção?

Tem a palavra o Sr. Membro da Assembleia José Carlos de Sousa."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Este é um assunto que não é a primeira vez que aqui trabalhamos ou seja, há aqui dois ou três assuntos colocados mas, nomeadamente, a questão da classificação das freguesias de Poceirão e Marateca como rurais.

Há constrangimentos a este nível da sua classificação, que tem a ver com critérios que a União Europeia acaba por fixar, mas com os quais nós também não concordamos e, portanto, parece-nos claro, lógico e apreciativo que possamos classificar estas freguesias efetivamente como rurais.

Na proposta, enfim, quando fala aqui nos Censos 2011 há hoje muitas formas, diria eu, algumas formas de conseguirmos perceber as densidades populacionais em função da evolução dos diferentes territórios à data. Portanto não precisávamos de ir a dois mil e onze e penso que era até mais favorável para a proposta que tivesse as densidades populacionais previsíveis para os dias de hoje.

Quanto à desagregação das freguesias de Poceirão e Marateca, estamos de acordo, nada a obstar. A criação de novas freguesias está neste momento a ser discutida, depende de terem ou não mil cento e cinquenta eleitores, dois por cento da área do território do município no âmbito de um futuro processo de reorganização administrativa, segundo a proposta de lei do Governo. Quer Marateca quer Poceirão consagram estes objetivos claramente e não teremos grandes dúvidas em relação a isto, até porque também para o reordenamento e para voltarmos àquilo que queríamos aqui no concelho de Palmela, as cinco freguesias, o número de eleitores terá que ser igual ou superior a dois por cento dos eleitores do respetivo município não podendo ser inferior a mil cento e cinquenta eleitores por freguesia. A escala com que a questão da nova lei está para traçada para Palmela nós ultrapassamos com muita facilidade.

Mas dizia eu que, independentemente de precisarmos ou não precisarmos da lei, dá-me ideia que estão a ser criadas condições para que isto seja possível a curto prazo. Esbarra-se numa das partes da nova lei que diz que na proposta que estabelece a criação de novas freguesias não é permitida nos cinco meses imediatamente anteriores à data marcada para a realização de quaisquer eleições a nível nacional e, portanto, temos aqui esta pequena dificuldade que penso que pode ser esbatida a curto prazo.

Votaremos favoravelmente esta proposta.

Muito obrigado, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Srs. Membro da Assembleia outras intervenções? Dou a palavra ao MIM."

A **Sra. Maria Luisa Paulino do MIM:**

"Sra. Presidente da Assembleia o Movimento Independente pela Mudança também vai votar favoravelmente, concordo plenamente com esta situação e, portanto, é favorável, somos."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sra. Membro da Assembleia.

Srs. Membros da Assembleia mais alguma intervenção?

Dou agora a palavra ao PSD/CDS."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Ora bem, com a coerência, modéstia à parte, que normalmente temos, também diria aqui agora à CDU que a portaria foi de quatro de janeiro de dois mil e dezanove e já deviam ter trazido isto há mais tempo e não estão perto das eleições.

Na questão das zonas desfavorecidas, por acaso e mesmo dentro do partido no que me toca em relação ao CDS concordo com o que a CDU aqui diz. Na questão da manutenção, ou não, das freguesias sabem que foi no tempo do Governo PSD/CDS que elas foram desagregadas. Eu percebo as pessoas que gostem de ter as duas freguesias, não é, em termos de dinheiro para a Sra. Presidente da União das Freguesias é capaz de ter sido um bocadinho melhor mas, pronto, não vou aqui tecer esses comentários. Do PS também já sabemos que estão a estudar, também não podem fazer isto antes das eleições, antes dos seis meses, portanto é para o próximo mandato está o assunto arrumado e bem podem mandar isto para os grupos parlamentares da Assembleia da República que isto é para o próximo mandato.

Em todo o caso com a nossa coerência, vamo-nos abster, não vamos votar conta como fez a CDU à nossa proposta.

Muito obrigado."

A **Sra. Maria Luisa Paulino do MIM** ausentou-se da sala pelas 21:48 horas.

O **Sr. Jorge Freitas do PS** ausentou-se da sala pelas 21:48 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sra. Membro da Assembleia.

Mais alguma intervenção? Não havendo votamos."

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e seis votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, um do MIM e dois do BE) e três abstenções do PPD/PSD.CDS-PP.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Agora continuando este princípio da rotação, tem a palavra o Partido Socialista para o voto de solidariedade."

<u>Voto PS "Solidariedade a Miguel Duarte"</u>

Tomou a palavra a **Sra. Patrícia Caixinha** para apresentar o Voto, que ficará apenso à ata, e que foi admitido por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, um do MIM e dois do BE).

Sobre o Voto foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigada.

Srs. Membros da Assembleia, tem a palavra o Bloco de Esquerda."

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

"Boa noite a todos.

Cumprimento a Sra. Presidente da Mesa e os secretários, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, funcionários da Câmara e técnicos, caros colegas e Membros da Assembleia, público e jornalistas.

Eu gostaria de dizer que a situação no Mediterrâneo é o maior cemitério a céu aberto que temos nos nossos dias de hoje e que imaginar que alguém possa ser condenado pelo crime de salvar vidas não é apenas arrepiante. É a antítese do próprio conceito de humanidade, e uma afronta ao direito internacional. O Estado italiano justifica a perseguição às organizações não governamentais com um suposto auxílio aos traficantes de pessoas. Entendemos que existem traficantes de pessoas, porque não existem corredores humanitários que permitam que as pessoas que fogem às situações mais atrozes possam chegar em segurança.

Por isso, a bancada do Bloco de Esquerda irá votar, com certeza, favoravelmente este voto de solidariedade a Miguel Duarte, disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

Obrigada Sra. Membro da Assembleia.

Mais alguma intervenção? Tem a palavra o PSD/CDS."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Nós também vamos votar favoravelmente. Até penso que isto ficaria bem transformarmos isto se todos se assim o entenderem num voto de solidariedade de toda a Assembleia, se assim concordarem. Em todo o caso, diremos que concordamos com o que está dito no voto.

Isso quanto aos traficantes, realmente acho que não há, efetivamente, corredores humanitários mas, também, onde há seres humanos normalmente onde há desfavorecimento também há sempre uns oportunistas e, portanto, também haverá alguns traficantes oportunistas que mesmo com corredores humanitários seriam desincentivados mas não terminariam de vez, também, não é? Como acontece em todas as atividades, mas concordamos que, efetivamente, embora até também aqui se devia prestar a devida, diz aqui, mas de uma maneira geral, mas também aos militares portugueses que têm prestado apoio a essas operações de resgate e que compõem as forças europeias e da própria ONU. Mas há mais a fazer, eu penso que todos nós sabemos que o problema reside não a só jusante também a montante, e para além disso estamos de consciência tranquila porque, também, não defendemos só as pessoas que morrem no mar também há muitos anos que defendemos algumas que morreram em terra, e que foram massacradas noutros sítios e que foram enterradas e, portanto, é uma questão de humanismo e direitos humanos.

E é só."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra, agora, a bancada da CDU Sr. Membro da Assembleia Domingos Rodrigues."

O **Sr. Domingos Rodrigues da CDU:**

Nós não temos nada contra isto, mas pensamos que podíamos ir um bocadinho mais longe. Aliás, o próprio Governo português já se manifestou sobre esta matéria e na nossa opinião, pelo menos, isto devia também ser enviado ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, aliás, porque eles próprios já se manifestaram, o próprio Governo também se manifestou sobre isto, e acho que não ficava mal acrescentar também aqui. É a nossa proposta.

Votamos favoravelmente, como é óbvio."

O **Sr. Jorge Freitas do PS** retomou participação nos trabalhos pelas 21:58 horas.

A **Sra. Maria Luisa Paulino do MIM** retomou participação nos trabalhos pelas 21:58 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Então agora para encerrar, tem a palavra o Partido Socialista por favor."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

Eu peço aqui a tolerância de dois ou três minutos, porque este Voto sugere uma reflexão e eu gostaria de fazer uma reflexão pessoal. Como não vou intervir antes do período da ordem de trabalhos e nem no primeiro ponto conceda-me três ou quatro minutos.

Eu devo dizer que acho graça à hipocrisia mundial das pessoas, porque sabendo todos nós as três razões que originam uma situação como esta de refugiados, que são as guerras, as alterações climatéricas, que a maioria sabe que existe e os patetas e os que os acompanham acham que não existe, e é a fome/pobreza. Mas há um problema no mundo que ninguém quer falar, porque não vêm resolução para ele vocês não ouvem isto é ninguém. Nós, no mundo, estamos perto de atingir oito biliões de habitantes, portanto já ultrapassámos os sete vírgula cinco biliões de habitantes estamos quase a atingir os oito biliões, aumentando todos os dias esse número, particularmente na Ásia onde a China, a Índia, e o Paquistão são o exemplo, ou África, ou as Américas, e África engloba, também, os países árabes da parte africana e da parte asiática, todas estas populações aumentam todos os dias, apenas aqui no continente europeu a população residente têm-se mantido até com alguma diminuição. E o problema que ninguém fala é este, por um lado a população mundial cada vez aumenta mais e por outro lado o desenvolvimento tecnológico, a inovação, a robotização e outros artefactos substitutos da mão-de-obra do homem diminuindo o número de empregos, como é que se vai resolver este problema no mundo? Temos cada vez mais população mundial e cada vez menos emprego e procuramos que cada vez haja menos emprego, menos mão-de-obra substituindo por máquinas. Por isso o homem atual pensa que pode controlar a situação apenas se acabar com as guerras e contribuindo para diminuir as alterações climatéricas, nada mais errado. No seu processo de desenvolvimento o ser humano vai aniquilar-se porque não quer olhar para este problema mundial.

Hoje, e vou só dar estes números, o PSD não gosta muito que se fale em números, mas os números que aqui apresento são oficiais e toda a gente os conhece, já temos no mundo sessenta milhões de refugiados e cinco milhões de palestinianos sem pátria reconhecida e que envergonha o mundo atual. Todos os dias temos no mundo setenta mil pessoas a deslocar-se entre continentes, fugindo da guerra e da fome. Têm direito a circular para melhorar a sua vida que é um direito humano. As pessoas têm que refletir que há um problema no mundo que não tem solução e por isso ninguém fala nele. Cada vez há mais gente, cada vez há menos emprego, porque o desenvolvimento assim o vai fazendo crer, portanto isto não tem resolução, ninguém fala nisto e não será no nosso tempo, não será nos nossos filhos, nos nossos netos, mas isto tem um fim à vista.

Muito obrigado, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sr. Membro da Assembleia.

Eu ia terminar com o Partido Socialista, mas o MIM ainda quer falar. É isso?"

A **Sra. Maria Luisa Paulino do MIM:**

O voto do Movimento será favorável, totalmente favorável.

Estas questões aqui levantadas pelo colega que acabou de falar, corroboram na plenitude, aliás, sou uma descrente com toda esta convulsão social mundial. Portanto, não há solução à vista e o progresso paga-se muito bem caro e o que se está a pagar é, efetivamente, a negligência dos direitos, liberdades e garantias de todos os povos, principalmente os mais desfavorecidos. Não vejo solução à vista, não acredito que haja um movimento das tutelas que têm esse cariz de proteger e tutelar este tipo de população. Contudo, parece-me que são talvez os pequenos nichos como nós, as pequenas instituições como nós que, se calhar, conseguimos fazer muito mais do que provavelmente as grandes organizações mundiais. Porque todas elas, na minha opinião, vislumbram o outro lado que não efetivamente a génese para os quais foram criados, é uma troca de interesses e de favores, é uma corrupção abundante. Desse modo parece-me que nós, no nosso papel, até mesmo com atos isolados de cada um de nós poderemos fazer a diferença, tal e qual como este Miguel. Mas, infelizmente, estão invertidos todas as prioridades e todas as intenções boas, ou seja criminaliza-se quem teve uma atitude de respeito pelo ser humano, ou tenta-se criminalizar, e não se vê que, apesar de talvez ter praticado no início um ilícito, teve efetivamente uma razão muito mais forte e muito mais desculpável.

Nós, o Movimento Independente pela Mudança, somos totalmente favoráveis a esta exposição e também apelo que nós todos Assembleia, Srs. Vereadores, a Câmara, o que houver possível que se possa fazer que façamos, pelo menos naquilo que estiver ao nosso alcance."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

A bancada da CDU intervém outra vez sobre o tema?

Então tem a palavra Joaquim Pires."

O **Sr. Joaquim Pires da CDU:**

"É rápido, Sra. Presidente, boa noite a todos e a todas.

Eu gostaria só de acrescentar, ouvi com muita atenção a exposição do colega do Partido Socialista em que enumera três causas para aquilo que está a acontecer no mundo relativamente a esta questão dos refugiados, e não só, e considero que o texto, estando bem elaborado, poderia ir muito mais longe porque há razões muito mais profundas, também, e há atores, há gente no mundo que tem cara a quem se pode, provavelmente não seria para um texto deste estilo. A razão que eu gostaria de acrescentar mais, e que o colega socialista não acrescentou ou não disse, é que para além dessas há outras duas, uma pelo menos, que são uma base fundamental para o crescimento dos pobres, para a miséria absoluta, para os deserdados sem terra, para a fome, para a doença, etc., que é sem dúvida, e como todos nós sabemos, a ação das multinacionais, dos grandes grupos poderosos, o saque, o esbulho, o roubo e a ocupação que essas empresas, que esses grupos fazem nos países onde o podem fazer, e nós temos exemplos muito concretos ainda muito recentes na Síria, como no Iraque, como noutros. No mundo, os ricos estão cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres, as desigualdades são muitas, mas é uma questão da distribuição dos recursos e da riqueza. Portanto, isso podia ser melhor e não é pelas razões que, com certeza, todos nós conhecemos."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Tem a palavra, agora, o Bloco de Esquerda."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Vou ser muito breve, Sra. Presidente, até porque discussão sobre este voto já vai longa.

Só para acrescentar aqui mais duas coisas. Ouvi atentamente o Membro da Assembleia José Manuel Silvério e a Luísa Paulino dizerem que não há solução e no seguimento daquilo que o Membro da Assembleia da CDU Joaquim Pires disse, a solução há. É quando deixar de um por cento da população acumular dois ou mais de dois terços da riqueza mundial. Há exclusão e há pobreza, uma grande maioria da população mundial, e essa é que é a solução. E quando se pede aqui uma reflexão é esta a reflexão que nós temos que fazer e é este o caminho que nós temos que apontar.

Era só isto, Sra. Presidente, disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sim senhora, muito bem.

Srs. e Srs. Membros da Assembleia, vamos votar."

Submetido o Voto a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

O **Sr. Mário Baltazar do MIM** ausentou-se da sala pelas 22:09 horas.

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP** ausentou-se da sala pelas 22:09 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Membro da Assembleia José Carlos de sousa, diga."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Estou a ser desafiado para esta conversa, é uma conversa rápida.

O Domingos propôs e bem que fosse enviado ao Ministro dos Negócios Estrangeiros. A grande questão que nós temos aqui, já perceberam, é que nós tentamos circunscrever de alguma maneira as propostas e moções, as poucas propostas e moções, que aqui trazemos e hoje trouxemos uma. E é um bocadinho cirúrgica a escolha e quando o fazemos, fazemos para tentar dirigir a um público também ele cirúrgico. É que para mandarmos para o Ministro dos Negócios Estrangeiros temos que eventualmente mandar ao Ministério da Administração Interna, temos que mandar para o Primeiro-Ministro, para o Presidente da República, mas não vejo problema nenhum. Vamos colocar Sra. Presidente, se não se importa, também para se enviar ao Sr. Ministro Augusto Santos Silva.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Claro, sim senhor.

Agora tem a palavra o Bloco para apresentar a Moção sobre a Saúde."

Moção BE "A Saúde é um direito, não um negócio"

Tomou a palavra a **Sra. Tânia Ramos** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP, m do MIM e dois do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sra. Membro da Assembleia.

Alguma questão sobre esta proposta, alguma intervenção?

Tem a palavra o PSD/CDS Sr. Membro da Assembleia, Colin Marques."

O **Sr. Colin Marques do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Relativamente aqui, à Moção "A Saúde é um direito, não é um negócio", o que se nota aqui é uma vez mais um puro preconceito ideológico e esse preconceito ideológico a chave dele está na palavra, ou na expressão, parceria público-privada. Porque há realmente um trauma que este país tem relativamente às parcerias público-privadas mas são as parcerias público-privadas do setor rodoviário, essas sim têm tido imensos prejuízos para o Estado e não tem sido nada bom.

Aquilo que me parece é que os oito hospitais, se não estou em erro, que fazem uma parceria público-privada com o Estado português ao nível do Serviço Nacional de Saúde têm feito um trabalho meritório, têm ajudado a formar profissionais as populações gostam dos hospitais, das associações de utentes nunca se viu manifestações. As pessoas gostam e como se vê, até nos subsistemas de saúde nas parcerias que fazem com quaisquer grupos privados, são muito concorridos por pessoas de todas as correntes ideológicas não vejo isso como mal.

Outra coisa que, vindo aqui à questão de ideologia, o facto de ser um direito o direito à saúde das populações não significa que o Estado tenha este monopólio, em outros países desenvolvidos isso não acontece. O Reino Unido, por exemplo, o grosso do Sistema Nacional de Saúde é feito através de parcerias público-privadas e funcionam, também aqui é uma questão que eu fico com bocado de dúvida.

Outra questão, vem sempre á baila mas é normal, dos cortes no Governo PSD/CDS mas também para isso é importante que as pessoas vejam números, que estudem um pouquinho antes de fazerem as propostas, ou as Moções neste caso. O investimento em Saúde relativamente à percentagem do PIB foi sempre superior no Governo do PSD/CDS àquele que é agora o Governo do Partido Socialista mesmo tendo em conta que o PIB aumentou.

Tenho dito."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Há mais alguma intervenção?

Partido Socialista, Sr. Membro da Assembleia José Manuel Silvério.

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP** retomou participação nos trabalhos pelas 22:17 horas.

O **Sr. Mário Baltazar do MIM** retomou participação nos trabalhos pelas 22:17 horas.

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Obrigada, Sra. Presidente.

Bem em relação esta Moção do Bloco eu quero dizer o seguinte. Para o PS a nova Lei de Bases da Saúde deve constituir uma oportunidade, isto é público, para firmar um compromisso duradouro para as próximas décadas. Foi isto que sempre foi dito pelo Partido Socialista em relação à nova Lei de Bases. O Bloco de Esquerda transformou a Lei de Bases da Saúde num conflito institucional no Parlamento, e o Bloco de Esquerda sabe muito bem que o Governo PS deixou todas as garantias de que não fará qualquer nova parceria público-privada na área da gestão e que em relação às que estão em vigor, no caso dos hospitais são três, a sua renovação ou não dependerá da respetiva avaliação. Foi isto que foi dito ao Bloco de Esquerda em todas as reuniões até com o PCP e a CDU que teve um outro entendimento e muito bem.

Eu tenho, sinceramente, a convicção sobre esta matéria da nova Lei de Bases da Saúde e do que foi protagonizado pelo Bloco de Esquerda, que o Bloco de Esquerda cometeu um grave erro e que não tardará muito tempo que isso seja reconhecido e, portanto, em relação à nova Lei de Bases lamento realmente o que aconteceu e lamento que o Bloco de Esquerda tenha tomado essa posição que parecia que era o dono deste país e as coisas não funcionam assim. Até porque tem que ser levado em linha de conta que este Governo tem feito algum esforço, é uma das campanhas que também tem sido feito a nível nacional é da Saúde, mas há dados concretos e são objetivos. Hoje temos no Serviço Nacional de Saúde mais dez mil setecentos e dezasseis profissionais de saúde do que aqueles que existiam em dois mil e quinze, são dados concretos, e muito investimento em equipamentos.

Mas, uma vez mais, vou lembrar aos esquecidos que há um passivo muito grande de mais de mil e duzentos milhões de euros que foi deixado pelo anterior Governo e para aqueles que dizem, como ainda agora foi dito, ah mas ficámos com a bancarrota. Não, é mentira. Eu vou dizer o que é que disse a OCDE há poucos dias sobre o que aconteceu entre dois mil e onze e dois mil e quinze. A OCDE disse que Portugal entre dois mil e onze e dois mil e quinze cortou na Saúde o dobro de que negociou com a troika, isto é público toda a gente sabe isto. E foi a bancarrota? Não, eles foram muito para além da troika. O relatório destacava cortes nas despesas com pessoal e concentração e racionalização da oferta em centros de saúde e hospitais como principais caminhos seguidos. As medidas do Governo de contenção da despesa no setor da Saúde fizeram com que Portugal acabasse por cortar o dobro do que era exigido no memorando de entendimento com a troika, diz o relatório da OCDE. Não é o Partido Socialista que diz, é o relatório da OCDE. Num desses pontos dos documentos da OCDE vão muito mais longe, porque dizem que o Governo assumiu um compromisso de fazer poupanças significativas no setor da Saúde.

Para além disso, este Governo também foi cumprir aquilo que tinha dito em campanha eleitoral de reduzir para trinta e cinco horas aquilo que o Governo anterior tinha passado para quarenta horas. Mas o grande objetivo da direita é que tudo corresse mal e quando chegasse ao Governo não era quarenta horas era à antiga portuguesa, era quarenta e cinco horas. Trabalhava-se ao sábado de manhã e tinha semana inglesa, era o grande objetivo daquela gente se ganhasse as eleições, dizendo sempre que isto estava muito mal.

Quero também aqui dizer uma referência Sra. Presidente, se me permitir, em relação ao que foi dito pelo PSD sobre as PPP, eles falam nas PPP rodoviárias, mas porque é que eles não falam na PPP que existiu em Portugal que foi a Lusoponte, com o Cavaco Silva que fez a primeira PPP em Portugal, que foi uma vergonha. Ficaram com a Ponte 25 de Abril que já estava paga e está num documento que eu tenho, e é público, que a sul de Vila Franca não pode ser construída mais nenhuma ponte que não seja gerida pela Lusoponte e que está lá aquele que era o ministro de Cavaco Silva. Foi esta a primeira PPP que eles esquecem, só sabem falar nas rodoviárias. Falem na primeira PPP em Portugal que foi a maior vergonha que aconteceu em Portugal, isso eles esqueceram-se.

Muito obrigada, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

Obrigada, Sr. Membro da Assembleia.

Eu gostava que nós avançássemos um bocadinho.

Então tem a palavra o PSD/CDS, Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

Eu só queria aqui chamar a atenção que no segundo parágrafo, na quarta linha, o Bloco diz: "*... para as populações incluído de Palmela ...*", eu acho que queriam dizer incluindo, é só para já agora fazerem essa pequena correção."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem.

Então Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, por favor, tem a palavra."

O **Sr. António Mestre da CDU:**

"Boa noite Sra. Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes, Membros da Assembleia, Executivo, munícipes, jornalistas e técnicos.

Sobre esta proposta duas pequenas notas, no fundo reafirmo a posição do meu partido sobre esta questão das PPP. Efetivamente nada ganhámos com as PPP, sejam as de saúde sejam as outras, ganhámos apenas custos quer de serviços, quer custos financeiros pagos e distribuídos por todos para que possam ser distribuídos também os dividendos por uns poucos e isto remete-nos um bocadinho à conversa de há pouco sobre os grandes males do mundo. As PPP poderão não ser um dos grandes males do mundo mas infernam das mesmas consequências para a maioria daqueles que não têm possibilidades de aceder em condições de igualdade como defendia, aliás, António Arnaut quando fez a proposta e que teve os contributos de todos os partidos de muitos partidos e do PCP também para a Lei de Bases da Saúde e que parece ter ficado agora de fora desta proposta ao manterem-se aqui as PPP.

Daa nossa parte, reafirmamos que as PPP não fazem parte da gestão Serviço Nacional de Saúde e, obviamente, acompanharemos esta proposta."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo.

Não havendo outras intervenções, vamos votar."

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com dezassete votos a favor (quinze da CDU e dois do BE), doze votos contra (nove do PS e três do PPD/PSD.CDS-PP) e duas abstenções do MIM.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Agora vou dar a palavra à CDU para o Voto de Pesar que apresenta."

<u>Voto de Pesar CDU "Ruben de Carvalho"</u>

Tomou a palavra o **Sr. Joaquim Caçoete** para apresentar o Voto de Pesar, que ficará apenso à ata, e que foi admitido por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Sobre o Voto de Pesar foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, sobre este Voto de Pesar pergunto se alguém deseja usar da palavra?

Tem a palavra o PSD/CDS, Sr. Membro da Assembleia Colin Marques."

O **Sr. Colin Marques do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Realmente Ruben de Carvalho foi das pessoas que eu conheci nesses vinte e tal anos que acompanham a vida política, que participou politicamente com mais classe e com o fino trato de que eu tenho memória.

Deixo aqui o meu desejo que esse seu estilo tenha deixado seguidores, não só no PCP como na restante esquerda.

Obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Srs. Membros da Assembleia, vamos votar."

Submetido o Voto de Pesar a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Temos aqui um conjunto de requerimentos, pergunto à bancada do PSD/CDS apenas se quer identificá-los senão eu digo o que está em causa. Sim? Então se estiverem de acordo muito bem. A bancada do PSD/CDS apresentou um conjunto de requerimentos, sendo que um requerimento é sobre a questão da emissão em direto das sessões da Assembleia assim como para que sejam fornecidas cópias das atas dos conselhos municipais em que a Assembleia participa, outro requerimento sobre a informação atualizada acerca dos processos e candidaturas apresentados na ADREPES nos últimos anos, um outro requerimento com pedido de informação acerca das AUGI's do concelho, sobre a evolução dos respetivos processos de regularização e, finalmente, um outro requerimento sobre os processos de construção de edifícios degradados e inacabados aqui também no concelho. Alguns deles foram requerimentos já apresentados anteriormente e que o PSD/ CDS considera que ainda não tiveram resposta, portanto vamos encaminhar para a Câmara e perceber o que é que se pode esclarecer.

Srs. Membros da Assembleia, terminamos esta parte da nossa reunião e temos três atas para votar. São as atas números dezassete, de vinte e três de abril, dezoito de dezasseis de maio e dezanove de vinte e oito de maio.

Pergunto aos Srs. Membros da Assembleia se há alguma questão a colocar acerca destas atas?

Sr. Membro José Carlos de Sousa, por favor."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Gostaria que ficasse justificada a minha falta na ata número dezoito, de dezasseis de maio, em função do e-mail que eu fiz aos serviços e à Sra. Presidente, não consta a minha justificação."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sim, então peço desculpa porque eu pensei que tinha reencaminhado, vamos corrigir então trata-se da ata número dezoito.

Peço desculpa pelo lapso, estas coisas quando forem assim nunca mandem só para mim. Quando forem assuntos mais administrativos, e mais seguro.

Tem a palavra o Bloco de Esquerda, Carlos Oliveira."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Só para dar nota de que iremos remeter aos serviços da Assembleia Municipal a correção de erros ortográficos que possam constar da ata."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sim, questões de pormenor claro, muito bem.

Pronto, então não havendo outras questões vamos votar."

A Ata número dezassete, de vinte e três de abril de dois mil e dezanove, foi aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A Ata número dezoito, de dezasseis de maio de dois mil e dezanove, foi aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A Ata número dezassete, de vinte e sete de maio de dois mil e dezanove, foi aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Continuando no período de antes ordem do dia, pergunto aos Srs. Membros da Assembleia se será possível reservar as questões para o primeiro ponto da ordem de trabalhos? Pergunto, só pergunto.

Não? Então vamos lá tentar ser um bocadinho mais breves.

Neste período de antes da ordem do dia os Srs. Membros da Assembleia têm direito a falar de outros assuntos para além das moções de outros temas. Presumo que o Partido Socialista quer usar da palavra, é assim? Então, Sr. Membro da Assembleia José Carlos de Sousa."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

O que vou abordar, muito rapidamente, não se enquadra claramente uma atividade municipal ou melhor enquadra-se na atividade municipal mas não neste relatório que nos é aqui apresentado e não tem nexo que o faça nessa fase. São dois aspetos que acabam aqui por se agregar de alguma forma. Primeiro fizemos uma análise sobre o Dia do Concelho e a cerimónia de atribuição de medalhas de mérito, e penso que temos efetivamente que melhorar as diferentes dinâmicas da atribuição das medalhas. Primeiro passou-se um facto que eu não me recordo de já se ter passado aqui que é nós aprovarmos ou a proposta da Câmara Municipal referindo que há um momento para se fazer entrega das medalhas e posteriormente, pelo menos a

Assembleia Municipal não tem conhecimento disso, as medalhas foram entregues em dois momentos daquilo que eu percebi. As Ordens Militares numa fase e todos os outros numa primeira fase. Eu não tinha conhecimento, o PS não tinha conhecimento, não faço ideia se mais alguém teria conhecimento dessa démarche. Não estou contra, estou a dizer que não sei e em face disso deveria ter sido informado do facto. Depois o evento em si, é evidente que fazermos um evento para dez medalhas é uma coisa, temos música de início, música no meio, música no fim, fazermos o evento para cinquenta medalhas temos música no início e depois é um suplício até ao fim. E é um suplício porque a organização e aquilo que foi lido dos currículos, alguns pobres mesmo assim ampliados, de todos aqueles que foram medalhados foi demasiado. Houve muita informação, não correu como com certeza toda a gente pretendia, pelo menos esta é a análise que nós aqui conseguimos fazer. Chamamos pessoas ao palco que não estão na sala, então em todo o lado não verificamos inicialmente se as pessoas estão ou não, não se inscrevem, damos medalhas a pessoas que têm fotografias no ecrã e a outras não, então mas porquê? Portanto, há aqui algumas coisas que me parece que temos mesmo que melhorar em prol da dignidade do acontecido.

Concomitantemente com isso a proposta que nos chegou dizia, e estou a ler, que: *"… o município formalizou recentemente a sua candidatura Palmela é Música à rede de cidades criativas da UNESCO uma das características sociais e culturais mais distintivas de Palmela é sem dúvida a sua apetência musical que remonta ao século dezasseis. As sociedades filarmónicas do nosso concelho, muitas das quais centenárias, e os seus músicos constituem um verdadeiro pilar de ensino e de cultivo das artes musicais através de gerações."* Está na proposta, o Vereador Adilo nas conversas que tivemos mas reuniões acabou por falar nisto e acabou por não abordar outro tipo de assuntos para esta questão do Palmela é Música, e nomeadamente numa prestação de serviços a uma senhora cantora Céline Margarida Baião da Piedade que foi contratada pela Câmara de Palmela para assessoria deste evento. Passaram cinco meses e aquilo que eu nunca tinha ouvido falar, e fui ao portal perceber o que é que havia, e como o Sr. Presidente diz que a Câmara de Palmela é das mais transparentes que existem e, estava lá no portal claramente sem grandes dúvidas, aliás houve um jornal que também publicou isso. Esta prestação de serviços de consultadoria a grande questão aqui que se levanta é ao fim destes cinco meses porque é que as sociedades não têm conhecimento, ou seja que ligação existe entre movimento associativo que está a preparar o Palmela é Música e a consultora a quem estamos a pagar mil e quatrocentos euros mais IVA por mês durante dez meses. Percebemos e é isso que que eu gostava de tentar perceber, com um requerimento verbal se for preciso, isto ou seja do que é que serve essa consultadoria, para que é que serve e o que é que remonta à mesma e, a partir daí, tentarmos perceber a necessidade ou não desta consultadoria. Nós não estamos a pôr em causa claramente que seja necessário uma consultadoria nem estou a pôr em causa o valor da pessoa em si. Sr. Presidente não é isso que está em causa, não está em causa o facto de ser uma artista que já foi o festival da canção, que já tem muitas colaborações antigas com Palmela que eu conheço do São João, que canta com o auto-cantor ou canta-cantor Álvaro Amaro, que vai à festa aqui, ali e acolá, não é isso que está em causa. O que está em causa claramente é percebermos para que as sociedades que estão envolvidas neste processo do Palmela é Música, tenham noção do que é que está a ser criado daquele lado que os ajude a criar o processo em conjunto com a Câmara, porque acho que aquilo que o Vereador Adilo sempre me disse em todo este processo foi que havia uma relação próxima entre todos. Em face disto a minha questão é simples, é perceber o que é que se faz, para que é que serve e qual é a relação que existe com as coletividades e com as filarmónicas do concelho no sentido de percebermos exatamente que relevância tem para o concelho a verba, que não é por aí além, mas que de qualquer forma é uma verba ainda significativa, muitos de nós e muitos dos portugueses não recebem mil e quatrocentos euros mais IVA por mês.

Era só, Sra. Presidente, muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sr. Membro da Assembleia.

Mais alguma questão que tenha que ser tratada neste período?

Sr Membro da Bloco de Esquerda, Carlos Oliveira, por favor."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Obrigado.

Só duas questões, a primeira relativa à questão da propagação de ervas daninhas no espaço público, nomeadamente na calçada em algumas zonas de Pinhal Novo, mas também em Palmela, no centro histórico da vila de Palmela, na aldeia de Aires e também na Venda do Alcaide. São testemunhos de populares que nos relataram que os passeios já têm ervas daninhas com dimensões consideráveis e que pedem para a autarquia enviar equipas para que procedam por métodos ecológicos à remoção dessas plantas.

Depois, outra questão e trata-se da limpeza do espaço público com a colocação de mais pontos para recolha de dejetos dos animais de companhia, nomeadamente cães e gatos que existem um pouco por toda a parte nos espaços verdes. Isto pode-se constatar e pode-se testemunhar ao vivo no Jardim Alberto Valente, no Bairro da Salgueirinha, junto ao recinto do mercado mensal mas também noutros pontos da vila de Pinhal Novo assim como na Quinta do Anjo, na zona do circuito de manutenção. Claro que a culpa não é dos animais é de algumas pessoas que não têm o cuidado de remover os detritos que os animais causam, por isso achamos que a Câmara Municipal de Palmela poderia colocar mais sacos para recolha dos mesmos e também pontos de recolha com mais frequência nessas áreas, para que as pessoas comecem a ter noção e que estejam mais sensibilizadas para que não é o chão que devem ficar os detritos, mas sim os pontos respetivos.

Disse, Sra. Presidente, obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sr. Membro da Assembleia.

Srs. Membros, outras intervenções?

Há duas intervenções da mesma bancada quem quer falar? Então vou dar a palavra à Sra. Membro Teresa Marta Oliveira da bancada do PSD/CDS."

A **Sra. Teresa Marta Joaquim do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Muito obrigada Sra. Presidente, permita-me que cumprimente em seu nome todos os presentes.

Vou ser muito breve. Uma questão que me preocupa, e ainda esta semana, infelizmente, fui a um funeral no cemitério do Terrim, isto não tem nada a ver com cemitério mas, de facto, gostaria de saber qual é a opinião do Sr. Presidente da Câmara e se existe algum plano que esteja pensado pela Câmara Municipal visto que estamos a entrar nesta época tão fatídica dos incêndios, inclusivamente tivemos já um incêndio na zona do Terrim, e há muita vegetação muito seca, é uma vegetação alta não só no Terrim mas em zonas mais rurais, inclusivamente em zonas que não são assim tão rurais como, por exemplo, em frente ao Império Atlântida, por exemplo, uma beata de cigarro que caía ali é um incêndio de certeza absoluta porque, de facto, está tudo muito seco. Eu sei que isto é uma questão nacional, mas nós vivemos numa realidade local e, portanto, a pergunta é: o que é que nós como autarquia podemos fazer para prevenir quer seja com ações de sensibilização junto dos proprietários para limpeza dos terrenos, etc., o que é que podemos fazer mais para acautelar estes três ou mais meses duros que aí vem em termos de incêndios, para que não se volte a repetir aquilo que se passou no Terrim.

Depois a questão que nos preocupa, também, da sujidade nas ruas, nos locais públicos. A zona em frente ao Pingo Doce, eu não quero usar adjetivos muito, enfim, está imunda, cheira mal, há comida pelo chão abandonada, há papéis, há plásticos abandonados, há tudo. Em frente à farmácia Tavares de Matos, na própria rua os contentores da AMARSUL estão permanentemente com lixo cá fora, para além dos outros contentores e, de facto, aquilo que eu pergunto é se esta campanha que estamos a fazer, e que nos parece extremamente importante, uma campanha que diz Palmela, o nosso concelho, inspira ambiente há aqui alguma confusão porque, para mim, ou para nós, a questão da limpeza também é ambiental e também faz parte do Ambiente e, de facto, esta é uma situação muito crítica que continua a ocorrer.

Ora bem, a última questão que gostaria de fazer refere-se às faturas de água e tivemos oportunidade de ler no site da autarquia como é que a Câmara se propõe solucionar a questão. A Câmara mudou de sistema de processamento da faturação, que é uma coisa perfeitamente natural e lógica e que de vez em quando podemos ter necessidade de fazer, mas vai obrigar a que seja incluído pelo menos dois meses, é essa a informação que está, na mesma fatura e autarquia o que diz é que para não prejudicar os munícipes permite o pagamento em duas vezes sem juros, desde que solicitado junto dos serviços municipais. A mim parece-me uma atitude discriminatória, porque se nós autarquia vamos faturar dois meses em conjunto às pessoas, a maior parte deles possivelmente pessoas de idade que vão olhar para aquilo e que nem sequer sabem esta informação, como é que nós podemos ajudar as pessoas a compreenderem o que estão a receber e o que é que é isto de solicitar. Ou seja é o munícipe pagador, que não tendo culpa da situação, ainda tem que solicitar junto destes serviços que não estão definidos quais, são os serviços municipais, o fracionamento desta fatura que irá ser de dois ou três meses. Creio que seria importante tentarmos agilizar o processo, pelo menos de divulgação ou de informação à população para que as pessoas não caíssem numa situação que para alguns poderá ser complicado, eu não que não pago muita água, felizmente, não sou uma grande consumidora, mas tenho a certeza que haverão munícipes que receberão uma fatura elevada.

Tenho dito, Sra. Presidente, muito obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sra. Membro da Assembleia.

Outras intervenções para terminarmos este período?

Pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se quer esclarecer ou responder às questões aqui colocadas, então."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Agradeço as questões colocadas e oportunidade de as esclarecer.

Relativamente às considerações do Sr. Membro da Assembleia José Carlos Sousa sobre o Dia do Concelho, de facto, a quantidade de homenageados levou a que a cerimónia fosse fastidiosa e extensa, e tudo aquilo que estava preparado era para um modelo para menos pessoas tal como tínhamos feito no ano anterior e que funcionou muito bem, com os currículos, com as apresentações, e não houve depois hipótese de alterar as coisas. Temos, também, essa apreciação crítica e essa avaliação feita e, naturalmente, no futuro teremos condições para fazer diferente nessa matéria.

Já quanto a outros aspetos de pormenor porque é que uns têm foto e outros não isso também depende, às vezes, dos próprios homenageados e daquilo que foi fornecido ou não, mas isso são pormenores. Nós, de facto, pensamos que a cerimónia pode ser aligeirada em todo caso fazendo essa autocrítica, eu próprio também fiz as minhas considerações aos nossos serviços, discordo de V.Exa. relativamente à dignidade do ato, porque muitas das pessoas que participaram consideraram, e surpreendidas pela positiva, que tratámos do assunto com toda a dignidade, mas aceitamos a crítica que naturalmente poderemos fazer a cerimónia mais aligeirada e teremos em consideração isso na próxima ocasião.

Quanto à distribuição das medalhas, a entrega das medalhas feita durante o encontro das ordens militares, aquilo que está instituído é ser no Dia do Concelho, mas considerando que a generalidade daqueles homenageados e investigadores eram muitos deles, também, estrangeiros e mesmo os nacionais sendo do Porto, Coimbra, e por aí fora, não puderam deslocar-se no dia um houve esta possibilidade de o fazer e mais ainda temos medalhas para entregar alguns homenageados. Mesmo hoje o gabinete de apoio à presidência perguntava o que é que fazemos à medalha da atleta tal, a atleta perguntou se vinha buscar. Eu, se calhar, fica já aqui o anúncio que na próxima quarta-feira depois da reunião de Câmara ficam todos convidados e encontramo-nos na Casa Mãe e entrego as medalhas, mas já não é o ato oficial. A não ser que o senhor queira ter entregue as medalhas e as pessoas que faltaram não recebem, nós temos que arranjar um

momento para entregar as medalhas. Não houve aqui nenhuma decisão desrespeitosa do regulamento e da Assembleia, perante a ausência das pessoas acho que nos cabe encontrar um outro momento para entregar e considerando que aquele grupo de investigadores estavam praticamente todos, e mesmo assim nem todos vieram, e não foram todas entregues na abertura das Ordens Militares. O Sr. Vereador que estava em representação do Partido Socialista no jantar, que foi patrocinado por sua Excelência o Presidente da República e que esteve o Dr. Jaime Gama como chanceler das Ordens Militares, assistiu à entrega de mais três e ainda temos quatro ou cinco para entregar, pelo que não considero que há aqui algum desrespeito pela Assembleia. Estamos é a encontrar uma solução que também seja minimamente pública e digna para entregar as medalhas, mas se V.Exa. fizer questão as que quatro ou cinco que faltam entregar a gente convoca toda a Assembleia a estar presente no ato da entrega, se for essa a opinião de V.Exa. não quero que se sinta marginalizado por causa de não acompanhar este ato. O ato é no dia, depois do dia até podemos entregar por correio, é um conflito que não existe.

Relativamente à questão que coloca sobre a candidatura de Palmela às cidades criativas da UNESCO, eu gostaria de em primeiro lugar fazer também um comentário porque não há coincidências em relação a algumas especulações, a algumas campanhas, a alguma comunicação social e, naturalmente, também a algumas pessoas que legitimamente podem e devem perguntar o que é que se passa com a candidatura, o andamento da candidatura, o que é que é feito na candidatura, etc. Agora dizer que não há contactos com as coletividades, desculpe lá então se há pessoas que fazem parte de comissões e de grupos de trabalho das coletividades, das associações e das filarmónicas, lá porque há dois ou três músicos que dizem que não sabem de nada, paciência se calhar é porque não viram o site. Enfim, é uma candidatura de todos e tem estado a ser construída e nesta fase o fundamental foi ter a assessoria técnica para fazer a fundamentação e o documento que digo já à cabeça, ia dizer no fim, que primeiro a candidatura foi aceite pela UNESCO em Portugal, há uma semana, apenas duas cidades portuguesas são candidatas a este ano, e a candidatura acabou de ser entregue hoje na UNESCO internacional, em Paris, devidamente instruída nas línguas da candidatura e com toda a documentação.

Ora bem, primeiro o senhor refere-se à cidadã Celina da Piedade como cantora, como não sei quê e que canta comigo. Cantou já uma vez comigo e participou num disco que eu editei, e a propósito devo dizer a V.Exa., já agora, que a minha atividade musical é perfeitamente legítima e compatível com a atividade que tenho na medida em que eu a declarei enquanto titular e a declarei, também, para efeitos fiscais nas entidades competentes. As minhas declarações também são visadas e vistoriadas pelo Tribunal Constitucional. Mas, acerca disso parece-me, de facto, também uma referência pouco delicada de V.Exa. a Celina da Piedade, a Dra. Celina da Piedade, Mestre nestas áreas Etnologia, da Etnomusicologia do Centro de Estudos de Música e Dança, unidade de investigação multidisciplinar e polinucleada, é especialista nesta e é indispensável para fazer a fusão das várias expressões artísticas que existem. É uma pessoa com ligações ao conjunto de projetos de investigação musical da Universidade de Aveiro e da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. O seu trabalho tem sido fundamental para cozer a rede de parcerias e as linhas de investigação, porque isto de uma candidatura não é dizer vamos fazer dois festivais e temos aqui músicos das filarmónicas. Só falta o senhor dizer, também, o que é que a gaita-de-foles, já agora para parafrasear coisas que foram aí escritas, tem a ver com música no concelho. Tem muito, lamentamos que seja da ignorância de muita gente. Os sírios são das expressões musicais também mais antigas no nosso concelho, muito anteriores às filarmónicas, portanto é precisamente com o conhecimento e investigação que se fundamenta a riqueza, a diversidade e a rede de parceiros que temos nas várias expressões musicais da música. É uma pessoa com currículo altamente qualificado, fez um trabalho excelente de ligação com todas as estruturas, o senhor tem plataformas como A Nossa Música, o nosso Mundo, A música portuguesa a gostar dela própria, como é que nós chegamos a isso? Precisamente com pessoas que lidam com todas essas redes. Primeiro inquestionável a competência e a qualidade da pessoa que escolhemos para, perfeitamente legítimo, com procedimento perfeitamente legal, perfeitamente transparente e que eu, felizmente, nem sequer tive intervenção, fica também V.Exa. a saber, para o senhor pode ser indiferente mas se calhar é bom que saiba. De facto, as pessoas até por serem, enfim, qualquer dia não podemos contratar uma empresa que fale comigo, se calhar não podemos contratar outro cidadão qualquer que aqui esteja ou fora destas paredes porque é meu conhecido. Desculpe mas a gente pode não querer dizer determinadas coisas mas a forma como diz e como fez algumas alusões são no mínimo deselegantes para não dizer insultuosa, porque depois a gente não quer dizer mas está dito.

Para além da inquestionável competência, todo o trabalho de acompanhamento, monitorização, reuniões com parceiros, com os nossos técnicos, fazem o trabalho, também, de ligação com estas estruturas e com o trabalho está a ser feito no terreno no âmbito de um protocolo que temos com a Universidade Nova, no plano da investigação que está a ser coordenado pela Dra. Rosário Pestana. Todo este trabalho tem afinal já um resultado, a candidatura foi aprovada em Portugal a tempo e horas e a candidatura está entregue na UNESCO internacional antes do prazo. Agora resta-nos esperar que tudo corra bem.

Quanto à rede de parceiros, a rede de parceiros começou e ainda está a ser construída. O senhor acha possível que nós tenhamos já conseguido contactar todos os músicos que há no nosso concelho? Olhe, eu tinha pessoas/músicos a viver o que não houve desconhecia, só soube há pouco tempo, e no entanto são pessoas com carreira musical em diversas áreas desde pianistas de renome, a grupos de rock and rol ou a cantores de música popular. Aqui em Palmela está tudo dito, quase ninguém não tem um familiar ligado à música, e todas as expressões do nosso concelho têm sido convidadas e vão continuar a ser convidadas. Há agora uma outra fase que é a publicação da apresentação da candidatura e a disponibilização do site, a partir do qual há também uma plataforma para que todas as pessoas ligadas à música, seja de que natureza for, se conectem, se liguem e fiquem a fazer parte da rede. O resultado do trabalho é este, para já com sucesso com as duas principais etapas entregues.

Caro Carlos de Oliveira, ervas daninhas, limpeza, de facto há alturas do ano muito complicadas no nosso concelho por razões diversas. Obviamente, quer eu quer o Sr. Vereador temos assumido publicamente que não temos os meios que desejava-mos, temos um concurso a decorrer para reforço de meios humanos que já teve tantos percalços que há de produzir efeitos a meio de julho, portanto, é bom porque vão alguns de férias e vamos ter alguns reforços de recursos humanos. Tomámos medidas no orçamento deste ano, que foi aprovado também neste órgão, para a aquisição de mais uma varredoura mecânica. Relativamente à monda química, precisamente porque temos evitado a monda química com resíduos de glifosato, temos uma situação, enfim, menos interessante nos nossos passeios. Devo dizer-lhe que fizemos um procedimento de cerca de trinta e cinco mil euros para adquirir a tal química enzimática não nociva para o Ambiente e que vai ser aplicada quando consideramos que deve ser aplicada. Neste momento acabámos, também, lá está isto depois tem que ver com os *timings* do orçamento, dos procedimentos, da contratação pública, temos dois ou três procedimentos para corte de ervas que, entretanto, depois do corte é que faz sentido aplicar o produto enzimático. Eu creio que, também, com a afetação de meios que é outra coisa que nós aqui achamos sempre alguns até dizem às festas só deram cinco mil euros, às outras só deram vinte mil euros e para as outras só deram quinze, quando aquilo tem um orçamento de cinco e cinquenta ou duzentos. Pois é, nós esquecemos é do outro apoio que damos. Nós este ano, inclusivamente, tivemos que comprar serviços para limpar as festas e quando há festas nalgumas localidades os senhores hão de reparar para ajudar a montar aqui, porque é também um objetivo daquela comunidade, falha a reposição do betuminoso, falha o corte de ervas e terrenos, porque é preciso tocar a reunir. Nós ainda não temos os meios desejáveis, também nunca teremos, acho eu, mas posso-lhe dizer que vamos ter melhores meios e mais eficazes em breve. Inclusivamente, ligando já com a questão da limpeza dos fenos e matos, nós temos deslocalizado equipas nossas, que deveriam estar a fazer trabalho específico da sua missão de conservação da rede viária, para andar a limpar terrenos particulares, e a par disto já fizemos duas empreitadas, uma já está a terminar e outra começou há uma semana, de corte de fenos e desmatação de terrenos de particulares, mas simultaneamente nós temos que dar o exemplo e estamos a limpar todos os nossos terrenos, porque o município também tem muitos terrenos, alguns não interessam a ninguém mas pronto."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente, pedia-lhe que abreviasse."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Dito isto, Sra. Membro da Assembleia Teresa Marta, no Terrim o que é que o município faz? Em primeiro lugar para desmistificar esta questão dos fogos desde março o SEPNA da GNR, o Serviço Municipal de Proteção Civil identificaram conjuntamente as situações críticas dos terrenos dos particulares. Procedemos

às notificações e com ou sem resposta foi por aí que começámos os cortes. De março para cá, por isso é que a legislação que diz que é tudo cortado em março não faz sentido, como deve calcular, com esta instabilidade meteorológica de chuvas e calor a seguir em maio/junho. Foram feitas dezenas, não posso falar em centenas ainda como o ano passado porque sei que o processo está a andar com mais dificuldades porque, também, na fiscalização tivemos saída de duas pessoas vamos ver se agora no concurso vêm mais duas, mas são muitas dezenas se calhar até já ultrapassou a centena de notificações. Nós já limpámos cerca de trezentos mil metros de terrenos e relativamente aos particulares mesmo hoje seguiram mais quarenta e três notificações precisamente na zona do Terrim, até daqueles que se queixaram do fogo porque isto é preciso cada um assumir as suas responsabilidades. De resto o que o município tem feito, e sei que as freguesias têm feito em particular a União das Freguesias de Poceirão e Marateca têm feito é continuar sobretudo a atuar no espaço público, nas bermas das estradas e dos caminhos municipais que aqui em Palmela são poucos quilómetros como deve calcular, é que não paramos é até máquina se avariar e depois outra empreitada e toca a continuar. Não parámos ainda desde Março, só paramos quando a máquina estoira e tem que ir à oficina. A propósito comprámos agora um outro equipamento desta natureza, um braço corta canas e um outro trator na ordem dos vinte e oito mil euros, portanto.

A questão do Império da Atlântida é pertinente porque estamos em espaço urbano, não é com a questão dos fogos da proteção civil é com a limpeza e espaço público, o Sr. Vereador também têm isso sinalizado. Depois lá para dentro dos lotes da tal urbanização que não anda isso é para notificar, se é que já não foi.

Relativamente às faturas da água, Sra. Membro da Assembleia, esta é uma situação que nós não desejávamos. Eu devo dizer que estava muito satisfeito com a anterior empresa mas por uma questão de transparência chega a um determinado limite de contratação tem que se fazer concurso e o concurso deu o resultado que deu. Depois do concurso nós já sabemos que há estes problemas de migração que já aconteceu noutros concelhos, aliás até fomos a alguns destes concelhos perceber como é que as coisas correram, com algumas dificuldades, eu não digo que correram mal porque isto também não está a correr mal o processo é que é mesmo complexo. Hoje com problemas de proteção de dados fazer a migração de mais de vinte e oito mil utilizadores, fazer contagem na mesma porque a contagem não deixou de ser feita, fazer estimativa e não perder um único dado, que é para não haver depois alguém que diga que estão a faturar a mais e que houve enganos, isto tem que ser tudo muito bem escrutinado. É um processo complexo em que os informáticos, e eu disso não sou nenhum *expert*, dos melhores que tivemos e até com a compra de um serviço para apoiar as duas empresas, porque havia uma que tinha quase o monopólio disto tudo no país, também é esta a questão e fazem as coisas de uma maneira que é como nas comunicações, como noutras coisas mas, felizmente, já vai havendo a regulação que começa a pôr ordem nisto. Houve aqui este *delay* de um mês e meio que acaba por ser dois meses de faturação. O princípio que nós anunciámos de não prejudicar as pessoas, é um princípio correto e quero dizer que isto que se está a passar não é algo que a Câmara tenha feito de sua livre e espontânea vontade, faz parte do regulamento da entidade reguladora situações desta natureza, aliás o regulamento entidade reguladora relativamente às contagens até fala da possibilidade de haver no máximo seis faturas por ano ou seus contagens por ano mas nós queremos faturas mensais, porque achamos que é importante para o cidadão perceber os seus gastos e para dar, às vezes, com alguma rotura na rede predial porque se houver uma conta extraordinária a fatura alerta, não é verdade? Esta questão de ter que solicitar, naturalmente vamos depois fazer as contas de quantos é que solicitaram, é este que tem que ser o procedimento só que é muito simples solicitar em duas vezes, não é nenhum requerimento ao Papa. A questão é que algumas pessoas vão ver que afinal quem já pagava dez ou onze euros quando receber vinte para pagar possivelmente não vai querer estar a pagar em duas vezes, quem necessitar disso pode e deve fazer esse pedido sem qualquer penalização. Esta é uma situação que não encontramos outro caminho para a fazer e esta opção, deixando também o critério das pessoas se vale a pena solicitar o não pagamento em duas vezes, pareceu-nos ser a opção menos penalizadora. A informação que eu tenho, e falo nisto diariamente até porque a Sra. Vereadora do Pelouro está de férias e tenho procurado ver com os nossos serviços estes assuntos diariamente, é que já foi expedida uma primeira fase de cartas relacionadas com coisas que têm pagamentos em prestações e dívidas, para não irem para execuções fiscais e na próxima semana começam a chegar, não sei se é por zonas, as faturas a casa das pessoas, e depois vamos fazer a avaliação se correu assim tão mal ou não, mas admito que isto tenha surpreendido os munícipes e que alguns se interroguem se isto vai funcionar e se haverá problema ou não, esperemos que não haja.

Sobre a questão dos dejetos caninos nós temos já uma rede de dispensadores de sacos e quando são sinalizadas algumas áreas, pracetas, espaços públicos, porque não é para andar a espalhar como mobiliário urbano pelas ruas, mas nalguns locais onde sabemos que os donos puxam os cães para lá, não são os cães que puxam os donos, vamos procurar duplicar o número de dispensadores de sacos. Temos feito isso amiúde até a articulado com um trabalho que o Sr. Vereador tem feito no seu setor, bem feito na minha opinião, de colocação e disseminação de papeleiras para o efeito.

Sra. Presidente ficaria por aqui."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Srs. Membros da Assembleia, há mais questões neste período?

Sr. Membro da Assembleia José Carlos de Sousa, diga."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Gostava de fazer dois reparos únicos.

O primeiro é que nem sequer vou alegar a alínea r), do artigo 11º, Direitos dos Membros da Assembleia Municipal para o fazer e não o vou fazer porque acho que o Sr. Presidente não esteve bem e nem sequer vou alegar isso. A alínea r) diz: *"Defender a sua honra pessoal e/ou a do grupo;"* . O Sr. Presidente diz que as minhas perguntas foram insultuosas, foi o que o senhor disse, e isso não lhe fica nada cordial nem é bom para si. É que o senhor não é a Câmara, o senhor é só o Presidente da Câmara e, em face das minhas perguntas, eu gostava de ter respostas. E digo-lhe que fico satisfeito por saber que há uma candidatura já entregue fruto do tal trabalho que começou a vinte e três de janeiro, mas fico um bocadinho incomodado quando percebo que as declarações que a Câmara Municipal acaba por fazer a diferentes órgãos de comunicação social não coincidem. Num diz claramente que a verba se destina ao pagamento de ajudas de custo, desculpe está aqui a citação, o contrato é público aqui, certo? Fico satisfeito por saber que foi entregue uma candidatura em cinco meses, o que o senhor não percebeu foi que eu não disse que as organizações filarmónicas se juntavam, não as filarmónicas não conhecem a pessoa que está a dinamizar isto, se calhar não teriam que conhecer. Mas, eu, enquanto Membro da Assembleia, os Srs. Vereadores na oposição, se calhar, gostaríamos de saber e eu, pessoalmente, gostava de ter tido essa informação quando, eu, o Caçoete, a Rosa Pinto, o Carlos, o Sr. Presidente da Junta de Pinhal Novo, o Sr. Presidente da Junta de Quinta do Anjo, a Sra. Presidente da Junta de Poceirão e Marateca, estivemos a discutir estas questões todas nunca nos foi colocado que havia uma contratualização para que acontecesse isto. Não estou nem a favor nem contra agora têm que definir claramente, até porque isto depois cria algum ruído e o ruído cria-se nas associações, e eu acho que o senhor aí tem que ter algum cuidado.

Reitero que aquilo que fiz foi perguntar, a consultoria baseia-se em quê? E o senhor disse-me: *"…baseia-se na apresentação há um mês…"*, e eu fico satisfeito e fico satisfeito por ter sido entregue, e por só haver dois, e porque temos boas hipóteses de candidatura, etc., eu fico satisfeito com isso. Preciso é de perceber o contexto, percebe? E é isso que eu não consigo perceber mas, pronto, tudo bem.

É só Sra. Presidente, muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Srs. Membros da Assembleia, ainda não entrámos no período da ordem do dia, vamos entrar claro, e eu sugeria que relativamente ao primeiro ponto está reproduzida a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, consideramo-la aqui feita por escrito e eu sugiro aos Srs. Membros da Assembleia que se têm questões sobre a atividade municipal que as coloquem e o Sr. Presidente dará, com certeza, as necessárias respostas.

De acordo?"

Não havendo mais intervenções, a **Sra. Presidente da Mesa** passou de imediato ao Período da Ordem do Dia.

Período da Ordem do Dia

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"O trabalho desenvolvido por administração direta é de extrema importância no cumprimento dos objetivos do Município e ganha particular expressão neste período em que, por um lado, damos continuidade à limpeza de bermas e de terrenos municipais, bem como de privados, em substituição das/os proprietárias/os, e por outro, procuramos responder às múltiplas solicitações dos parceiros locais que iniciaram, nestes meses, o recheado calendário de festividades e eventos do concelho.

A realização, em abril, das primeiras assembleias "Eu Participo!" Munícipes 2019 marcaram este período, no que à participação diz respeito, com cinco reuniões e a receção de mais de meio milhar de inquéritos com propostas concretas de intervenção e melhoria. Também internamente, foram promovidas quatro assembleias "Eu Participo!" Trabalhadoras/es Municipais, de grande importância, em particular, no contacto com equipas de setores específicos. Neste âmbito, realizou-se, ainda, a Semana dedicada à Freguesia de Palmela e várias atividades dedicadas ao público escolar, da assembleia de escola na EB Batudes e lançamento do livro da Associação de Municípios da Região de Setúbal relativo aos 30 anos da Convenção sobre os Direitos da Criança às ações de sensibilização ambiental, passando pelo encontro das/os Agentes "Eu Participo!" que assinalou o final do ano letivo.

As comemorações do Dia Municipal do Bombeiro incidiram, este ano, também no trabalho com a comunidade educativa, sublinhando a importância da sensibilização das crianças para uma cultura de segurança. Neste sentido, tiveram particular pertinência as Jornadas "A Segurança das crianças, a nossa responsabilidade" e os exercícios realizados nas escolas. A Academia de Proteção Civil trabalhou, também, em conjunto com o público escolar, através da dinamização de cinco ações sobre Suporte Básico de Vida na Secundária de Palmela. Destaque, ainda, para a participação do Serviço Municipal de Proteção Civil no Exercício Internacional CASCADE'19, integrado no Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia.

O projeto de educação pela arte Fantasiarte celebrou 25 anos e as suas festas de encerramento envolveram 3.237 alunas/os e perto de três centenas e meia de docentes, educadoras/es e auxiliares de todos os níveis de ensino. Também neste período, o Projeto Educativo Local realizou o seu terceiro Fórum, dedicado ao tema "Educação e Parentalidade: tecer uma rede de cumplicidades", bem como um conjunto de iniciativas ligadas ao envolvimento parental como fator de sucesso educativo. Foi, ainda, aprovada, a atribuição de 15 Bolsas de Estudo – as primeiras ao abrigo do novo Regulamento Municipal, entregues em cerimónia realizada no início desta semana.

Entendemos como determinante a sensibilização para temas ligados à saúde e à segurança, no plano de uma estratégia de promoção de uma vida saudável, e a adesão do Município à Rede de Municípios Embaixadores da Vacinação é disso um exemplo. Efemérides como o Dia da Saúde, da Hipertensão e da Prevenção e Segurança no Trabalho foram assinaladas com ações diversificadas, tendo por base o rastreio e a prevenção.

Na área social, é de sublinhar a comemoração do Dia Europeu da Solidariedade e da Cooperação entre Gerações, com atividades que envolveram centenas de pessoas de idade maior e jovens das Escolas Secundárias, promovendo a intergeracionalidade. A atribuição de apoios financeiros a entidades particulares sem fins lucrativos veio somar-se aos apoios técnicos e logísticos já prestados, num importante contributo para a prossecução das suas atividades.

Este período ficou marcado, também, pelo regresso de iniciativas de dinamização do Centro Histórico de Palmela, como o "2 (de)mãos por Palmela", que reuniu cerca de seis dezenas de voluntárias/os numa intervenção de melhoria da imagem urbana, as visitas guiadas ao Castelo e Centro Histórico ou os Mercadinhos de Palmela, que irão prolongar-se até outubro, este ano, com uma oferta complementar de *workshops* de alimentação saudável, massagens, exercício físico e cuidados de saúde.

Com vários procedimentos a decorrer, na área das infraestruturas, o Município concluiu, nos meses em apreço, o prolongamento da rede de drenagem pluvial na Rua Dr. Francisco de Almeida, em Pinhal Novo, remodelou o coletor de águas residuais domésticas na Estrada dos Restauradores do Concelho, em Palmela, e executou 390 metros de rede de águas residuais domésticas e 12 ramais domiciliários no Aceiro do Marcolino, 100 metros na Rua do Montinhoso e 50 metros na Rua das Amendoeiras, em Pinhal Novo.

No que respeita às águas de abastecimento, foram executados 385 metros de rede na Estrada dos Canórios, em Quinta do Anjo, concluíram-se ligações em Agualva de Cima, Poceirão, e na urbanização Val'Flores, em Pinhal Novo, e deu-se continuidade à empreitada de execução de nós no Bairro dos Marinheiros, que incluiu a remodelação de 118 metros de rede na Rua da Esperança.

A conservação da rede viária tem nas obras em curso em Vila Amélia, no âmbito da ação "HUB 10" – Plataforma de Plataforma Humanizada de Conexão Territorial, o seu principal destaque para este período, registando-se, também, a conclusão da pavimentação da Rua da Escola – Estrada do Gado, em Quinta do Anjo.

As comemorações do Dia Mundial do Ambiente e do Dia da Energia marcaram o trabalho de sensibilização ambiental junto de diversos públicos, com particular incidência na população escolar. Destaque para a iniciativa *BIOBLITZ* Palmela, em colaboração com a *Biodiversity4all* e a Simarsul, que permitiu a identificação de 116 espécies de fauna e flora num percurso de um quilómetro na Serra do Louro.

Tendo-se concluído o enquadramento paisagístico do monumento ao Dador de Sangue, na Avenida dos Ferroviários, em Pinhal Novo, cumpriu-se, também, a primeira fase da remodelação do Jardim José Maria dos Santos, com a segunda fase a iniciar-se em julho. O corte de ervas por administração direta foi transversal a todo o território, bem como intervenções diversas de poda e limpeza de árvores.

A "Intervenção de natureza estrutural para evitar derrocadas nas encostas do Castelo de Palmela" continua a decorrer, com resultados já bem visíveis no terreno, e o respetivo acompanhamento arqueológico trouxe à superfície um conjunto muito rico de informação e espólio sobre a ocupação humana no morro do Castelo cuja análise nos coloca perante novas linhas de investigação e divulgação para os próximos anos. Entretanto, noutros eixos identitários, realizaram-se sessões do projeto "Álbum de Família" em Águas de Moura e Poceirão, teve início a obra de adaptação do edifício da antiga estação de Pinhal Novo para acolher o Museu Ferroviário e deu-se continuidade à elaboração da Candidatura à Rede de Cidades Criativas da UNESCO, na área da Música.

A crescente comunidade francófona no concelho de Palmela motivou a realização do curso de "Formação de Língua Portuguesa para a Comunidade Francesa", na Biblioteca de Palmela. A oferta formativa da Rede Municipal de Bibliotecas Públicas continuou a apostar na área das plantas, com diversas ações e saídas de campo. No âmbito do Dia Mundial do Livro, realizou-se uma Feira do Livro no Mercado Municipal de Pinhal Novo e mais uma edição da iniciativa "Um Livro para um Novo Leitor".

No período de férias escolares, o Município e entidades parceiras promovem uma oferta diversificada para ocupação saudável dos tempos livres, com atividades culturais, lúdicas e desportivas. Tal como está, já, a iniciar-se, no âmbito das férias de verão, a interrupção letiva da Páscoa contou com a realização de vários programas para diferentes faixas etárias.

A tragédia vivida em Moçambique, após a passagem do ciclone Idai, motivou uma pronta resposta solidária no concelho de Palmela. O Município promoveu uma campanha própria de recolha de bens, tendo colaborado com entidades locais no desenvolvimento das suas campanhas e atribuído apoios financeiros à Cruz Vermelha Portuguesa e à AMI. "O papel dos municípios na implementação da ENED – Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento" foi o tema da ação de formação realizada em Palmela, na continuidade do trabalho do Município no âmbito da Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento.

Num momento em que estão a decorrer vários procedimentos e se concluem obras em diversos quadrantes, o Município viu aprovada mais uma candidatura ao PORLisboa 2020/PEDU-PAICD, desta feita, a "Requalificação do Centro Comunitário de Águas de Moura". Entretanto, foi submetida uma outra, ao POSEUR, relativa à "Gestão e controlo de perdas de água no concelho de Palmela".

Várias iniciativas desportivas, apoiadas pelo Município, tomaram as ruas neste período, que ficou marcado pelas fortes dinâmicas do movimento associativo, autarquias e outras agentes locais. As manifestações de caráter cultural, turístico e de promoção dos produtos locais têm na primavera e verão o seu ponto mais alto e, neste início de época, milhares de munícipes, visitantes e espetadores tiveram oportunidade de desfrutar de iniciativas de grande qualidade, que marcam o nosso calendário e dão a conhecer o que temos de melhor. São exemplo a Queima do Judas, as comemorações do 45.º aniversário do 25 de Abril, o Dia Mundial da Dança, o Mercado Caramelo, o 10.º aniversário do complexo de serviços – Mercado Municipal de Pinhal Novo, o Festival Queijo, Pão e Vinho ou a Mostra de Vinhos de Fernando Pó. A qualidade da nossa doçaria garantiu a presença de dois doces de Palmela num painel de sete representantes do distrito de Setúbal no concurso "7 Maravilhas Doces de Portugal", que serão apresentados na RTP no dia 17 de julho e cuja votação abriu hoje. A presença do Município, pela primeira vez, na FIT – Feira Ibérica de Turismo, na Guarda, favoreceu o contacto com novos públicos e operadores turísticos e deu continuidade a uma campanha de promoção internacional que se prolongará pelos próximos meses.

O arranque do Fórum Económico, com a iniciativa "Rede Europeia de Empreendedorismo – Oportunidades de Negócio para a sua Empresa", e o trabalho de acompanhamento próximo de um conjunto de empresas interessadas em investir no território, em particular, através da instalação de centrais solares fotovoltaicas – o que deixa Palmela muito bem posicionada no que respeita à produção de energia "verde", com impacto na redução de dióxido de carbono - são, também, reveladores de um período de dinamismo económico, que reflete as excelentes condições do concelho de Palmela para a fixação de novos investimentos, bem como o apoio técnico e os incentivos financeiros e outros que o Município tem vindo a disponibilizar, numa estratégia de longo prazo, que continua, e continuará, a dar frutos."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Então, quem deseja intervir?

Tem a palavra o Partido Socialista, Sr. Membro da Assembleia António Godinho."

O **Sr. António Godinho do PS:**

"Muito obrigado Sra. Presidente, saúdo na sua pessoa todos os presentes.

No presente relatório da atividade municipal vem novamente referido o projeto camarário "Conquisto o meu Sucesso" plano inovador de combate ao insucesso escolar de Palmela, iniciado em setembro de dois mil e dezassete e que irá terminar no próximo ano, em dois mil e vinte, em agosto. Envolve todas as escolas e agrupamentos do concelho e tem como finalidade o aumento do sucesso escolar e a diminuição do abandono escolar precoce. Só para terem uma ideia o projeto tem dez áreas de atuação e trinta e quatro atividades, muitas delas vindas ainda subdivididas em várias atividades dentro das atividades principais. Deste projeto inovador algumas atividades não são assim tão inovadoras, já são conhecidos de outros anos como, por exemplo, a receção à comunidade educativa ou o Fantasiarte.

Como professor da Escola EB 2/3 José Maria dos Santos, li a memória descritiva do projeto, porque faço parte do Conselho Pedagógico e o projeto foi lá apresentado, mas tenho de realmente de reconhecer que a grande maioria dos professores e dos alunos não conhece o projeto por nunca ter estado nalguma atividade por ele proposta.

Depois de ter falado com colegas meus que já estão em órgãos de gestão e com os coordenadores da rádio miúdos cheguei também a algumas outras conclusões. Primeiro, são praticamente inexistentes as ações que envolveram diretamente os alunos, por exemplo no segundo e no terceiro ciclo apenas se assinala o projeto de rádio miúdos que só começou no terceiro período, só envolveu seis alunos e só realizou uma reportagem.

A ação número quatro do projeto intitulada envolvimento parental, um dos eixos fundamentais do projeto terá de sair das reuniões preparatórias e dos fóruns de educação para chegar onde interessa ao terreno e aos pais. Muitas ações só com grande otimismo e uma muito abrangente visão holística poderão ser consideradas relevantes para o combate ao insucesso escolar, como é o caso da receção à comunidade educativa, exposição anual de trabalhos, rádios miúdos, os desportos na natureza ou o mercado da cidadania."

A **Sra. Presidente da Mesa** ausentou-se da sala pelas 23:23 horas.

O **Sr. António Godinho do PS:**

"Em suma num projeto já vai em dois terços da sua execução e que termina em agosto do próximo ano, ainda estão longe da velocidade cruzeiro ações como visitas ao concelho para professores, formação para professores, atividades em sala de aula ligadas às artes e ao património, calendário da família, a semana sem TPC's, sessões de *Mindfulness*, as oficinas parentais e muitas outras que ainda nem viram as suas amarras soltas. É pena, porque o projeto tem potencialidades embora, na minha opinião, tenha ações e atividades em excesso. Um projeto mais curto e mais focado em ações essenciais para combater o insucesso escolar teria melhores possibilidades de alcançar um bom resultado.

A terminar, e ainda no âmbito da educação, queria perguntar ao Sr. Presidente para quando uma atualização da carta educativa do concelho de Palmela, documento que data de dois mil e dois e que fala de coisas que já estão no museu da educação concelhia, como da preocupação em só haver professores de psicologia e orientação nas escolas secundárias, isso já foi ultrapassado há muito, das vantagens no futuro em se poderem constituir agrupamentos de escolas e imagine-se até da necessidade imperiosa de haver Internet nas escolas. Estando a decorrer os jogos europeus Minsk onde o atletismo é a principal modalidade faria uma pequena analogia dizendo que falta à Câmara neste, como em outros casos, depois de iniciar a corrida manter a passada em bom ritmo.

Disse."

O **Sr. Carlos Caçoete, Primeiro Secretário:**

"Muito obrigado, António Godinho.

Mais intervenções, por favor.

Tem a palavra Jorge Freitas do PS, faz favor. "

O **Sr. Jorge Freitas do PS:**

"Muito obrigado.

Sr. Presidente, uma breve questão ou duas questões fundamentais sobre um tema que já foi aqui hoje discutido que é mobilidade e a mobilidade dentro do nosso concelho.

O relatório em análise, e independente da sua descrição, pouco ou nada diz sobre mobilidade. E neste período coincidiu efetivamente com o novo tarifário e a nova procura pelos cidadãos do transporte público coletivo e houve um aumento significativo da procura no qual os cidadãos de Palmela também participaram nessa massiva afluência. Verifica-se que a Câmara sobre o assunto, e sobre os problemas que neste momento vivemos no concelho, no presente relatório faz um singelo parágrafo ao acompanhamento da atividade e do trabalho que a AML está a desenvolver e achamos que para a problemática que os cidadãos vivem diariamente é muito pouco. Exemplo disso, temos o autocarro dos TST que faz o serviço Palmela/ Lisboa que nas horas de maior procura não têm capacidade a partir do Pinhal Novo e vice-versa até ao Pinhal Novo. Também o operador ferroviário FERTAGUS já não comporta a procura que tem no percurso Setúbal/Lisboa e a solicitação que os cidadãos fazem nas estações ferroviárias de Pinhal Novo e da Penalva.

Além do mais, neste momento, vivemos um período terrível para as zonas rurais que é a significativa baixa de oferta de transporte público rodoviário, principalmente nas áreas de nascente e norte do concelho, quando digo norte é a norte da nacional cinco, e não temos notícia nesta Câmara do Executivo se empenhar na mitigação do problema porque sugerimos que a Câmara tem ao seu dispor a ferramenta para junto da FERTAGUS em relação a Pinhal Novo e Penalva, junto da CP relativamente à estação de Poceirão e Fernando Pó, e os TST nas diversas carreiras, nas diversas linhas, achamos que a Câmara deveria ter um papel mais ativo nesta problemática. Até sugerimos que até que haja uma solução integrada dentro da AML que a própria Câmara pense na hipótese de promover um serviço de transporte a pedido das zonas mais rurais em que não existe mesmo oferta de transporte público à população.

Sendo da responsabilidade da Câmara garantir a mobilidade a todos presentemente isso não se verifica, Sr. Presidente. Temos aqui o exemplo da proactividade que houve no concelho da Moita, até da sua área política, em que perante um problema reforçaram o serviço da famosa três, três, três. Palmela também merecia que, por exemplo, a cinco seis cinco fosse reforçada e até porque não pensar em novos circuitos e a própria Câmara liderar esse movimento. Entende a bancada do PS que a política de mobilidade desta Câmara está significativamente pobre.

O **Sr. Carlos Caçoete, Primeiro Secretário:**

"Muito obrigado.

Tem a palavra Ana Elísia Monteiro, por favor."

A **Sra. Presidente da Mesa** retomou participação nos trabalhos pelas 23:28 horas.

A **Sra. Ana Elísia Monteiro do PS:**

"Boa noite, cumprimentar na pessoa da Sra. Presidente, que já está de volta, todos os presentes.

Muito telegraficamente apenas questionar porque aquando da leitura do documento, e é uma área que confesso que leio com alguma atenção até porque o conheço a potencialidade do nosso concelho para implementação de empresas e de investidores, aqui na promoção e apoio à economia local tinha a expectativa, melhor dizendo, de encontrar alguma alusão à incubadora de empresas algo que continuamos sem ter mais novidades, nem mais informações sobre a mesma. Relembrando aqui a todos que este projeto foi anunciado já em dois mil e dezassete, que o projeto de regulamento esteve em consulta pública até março de dois mil e dezoito e que, efetivamente, continuamos expectantes quanto a esta esta matéria, ainda que depois existam aqui alguns dados que recordem o apoio a empreendedores, a entidades e a empresas. Queremos acreditar que este apoio é mais no âmbito de empresas ou de entidades que já têm realmente alguma ideia a desenvolver e que procuram o próprio apoio da autarquia no sentido de agilizar alguma burocracia e no sentido de obter alguma informação sobre a própria tramitação processual junto do da nossa Câmara. Efetivamente sobre os objetivos que também relembro a todos, a questão de apoiar, acompanhar os empreendedores e as empresas no processo de envolvimento de ideias de negócio, promovendo o autoemprego, o desenvolvimento económico, a competitividade do território e a própria disponibilização destes espaços físicos, uma vez que estavam previstos seis gabinetes individuais, um espaço coworking e uma sala de reuniões continua a não existir, o que para algumas entidades ou alguns jovens empreendedores que se queiram aqui implementar poderá ser algo de extrema importância uma vez que muitos deles não têm espaço, a questão do próprio espaço em coworking potencia depois a partilha de ideias, a partilha de conhecimento entre todos. A única questão é mesmo perguntar se foi alguma falha de escrita e que não consta deste relatório ou se, efetivamente, este programa, este projeto, se encontra parado ou se há algum tipo de dificuldade que é possível para já identificar na implementação do mesmo.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Há mais alguma questão a propósito da intervenção do Sr. Presidente?

Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Realmente eu recordo-me desse caso do empreendedorismo que em princípio também ia haver também uma parte na Quinta do Anjo ou no mercado.

Aproveitava para perguntar como é que está o projeto da reabilitação do mercado da Quinta do Anjo, o início das obras escola de Cabanas para ver se deixamos de pagar a renda à empresa insolvente ou como é que é isso, o Sr. Presidente deu aqui a informação. Eu vi que tinha havido ali uma remexida qualquer mas depois ainda não consegui ver nenhum início, talvez tenha sido só de limpeza, estou a falar propriamente em Cabanas.

Verifico que o HUB 10 está a avançar e avançou desde a nossa última reunião significativamente na estrada de Vila Amélia na sua primeira fase, agora estão ali junto da rotunda para a execução da rotunda. Pergunto ao Sr. Presidente se já sabe quando vai arrancar a segunda fase, se já há mais novidades.

Se já há novidades sobre o alcatroamento das estradas nacionais, porque agora andaram aqui a fazer uns traços contínuos e descontínuos em Palmela, a Cabanas e Quinta do Anjo não chegam e agradecer finalmente à Câmara ter posto algumas passadeiras nos Portais da Arrábida que já estavam prometidas há dois anos e que o concurso já tinha sido aberto e, portanto, fomos contemplados com duas ou três, ainda não está completa a obra.

Aproveito a minha intervenção, não está em o Sr. Vereador da iluminação mas ser-lhe-á transmitido com certeza, para informar que há zona do concelho e sobretudo em estradas, dou-lhe um exemplo passo lá todos os dias e ainda não consegui fazer a ação que me sugeriram, que é parar o carro e tomar nota que todos os candeeiros fundidos, porque depois deixo de conduzir, aquilo é uma estrada estreita, e com um bocado de sorte ainda me dão cabo do carro já do outro os amortecedores ficaram estafados com a estrada da Coca-Cola, portanto, este agora a ver se não bato já com ele, que é a estrada que vem dar ao Palmela Village, que vem do Bairro Alentejano e da Autoeuropa há mais de três/quatro meses que estão luminárias fundidas. Hoje andavam nos Portais com os elevadores em zonas que as lâmpadas nem estavam fundidas, não consegui perceber o que é que andavam por lá fazer, se calhar a verificarem então.

Agora fiquei grata pela informação do Sr. Presidente, aliás tinha enviado reclamação para o Sr. Presidente da Junta de Quinta do Anjo quanto às ervas e umas calçadas, nomeadamente na freguesia de Quinta do Anjo, porque na última assembleia fui daqui um bocadinho desmotivada. Tinham-me dito aqui em Assembleia que tínhamos que nos habituar às ervas e eu estava a ver como é que era essa habituação e agora, finalmente, vai haver solução mais técnica e também ouvi hoje aqui aquela aplicação desse novo herbicida mais ecológico que agora corta-se e depois aplica-se. Na última versão tinha sido primeiro deixa-se crescer e aplica-se, depois o que for preciso corta-se e outras morrem, não sei se será o mesmo herbicida mas pronto. Eu também que tive esse pelouro, esse pelouro não essa função porque nas juntas não há pelouros, sei da dificuldade dessa limpeza mas isto agora dê-se as desculpas que derem está uma verdadeira lástima Sr. Presidente, em zonas urbanas também, ervas altas, e agora percebo essa dificuldade. Mas temos que ver porque há outros concelhos, e não muito longe daqui, eu percebo que nas zonas rurais o nosso concelho é muito vasto mas há outros concelhos que também têm alguma vastidão e as ervas não estão assim, mormente no Alentejo não estão neste estado. Eu agradeço que a Câmara diligencie realmente nisso.

Só questionar quando é que as obras da escola de Quinta do Anjo vão ser efetivamente finalizadas e se já está tudo pronto.

Para já é isso, obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Então, mais alguma questão Srs. Membros da Assembleia?

Agora dou a palavra ao Sr. Presidente para responder às questões colocadas."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Obrigado, procurarei ser telegráfico mas gostaria de poder percorrer todos os temas aqui levantados.

Sr. Membro da Assembleia António Godinho, plano inovador de combate ao insucesso escolar ele é inovador precisamente porque conjuga um conjunto de práticas formais, não formais, formação, dinâmicas socioeducativas, mesmo aquelas que já existem no concelho e que têm contribuído, também, para a promoção do sucesso e das aprendizagens no concelho. Quanto à avaliação ainda é cedo e aquilo que o senhor conhece como realizado no plano, de facto, é insuficiente não está aí tudo descrito e há questões que virão no próximo relatório. Houve várias visitas de estudo, houve formações, houve formações para professores, enfim, temos pena que nalgumas escolas, por questões até internas de motivação, etc. que haja um maior alheamento destas oportunidades que têm sido promovidas, também, por algumas dinâmicas de parceiros neste projeto. Visitas para professores, já houve visitas neste projeto. Se o senhor não pôde ire paciência mas já houve até precisamente na receção à comunidade educativa, está um autocarro à espera e se aparecem cinco ou seis, paciência, os outros não vieram, isso depois tem que ver com outras disponibilidades e indisponibilidades para outras coisas. Olhe eu, por exemplo, lamento que num encontro internacional das ordens militares que recebemos elogios de todo o lado, de toda a Academia e de professores de fora do concelho, com inscrições a preços reduzidos ou grátis e reduções para os professores do nosso concelho, e alunos, e instituições, e associações ditas amigas do concelho, as pessoas não tenham participado nem num dia, nem no sábado, nem nas visitas de estudo a Tomar aqui e acolá. Quero dizer que não é por isso que deixaremos de fazer, agora é necessário dar tempo para depois se avaliar os resultados até porque a candidatura vai ser objeto de avaliação e se não aumentarmos um conjunto de indicadores, então sim ver-se-á se isto com muita gente, pouca gente, e se contribuiu ou não para a promoção do sucesso. Penso que, se calhar, em dezembro deste ano em que ainda estaremos a oito meses do términus do plano teremos, se calhar, dados muito mais concretos até para o senhor poder também fazer a sua análise crítica que, naturalmente, encontrará sempre insuficiências.

Sobre a questão da carta educativa, Sr. Membro da Assembleia e outros Membros da Assembleia que amiúde gostam de tocar neste assunto convido-os a ler a legislação para perceber que a iniciativa da carta educativa não está no nosso lado. Nós fazemos a monitorização da carta educativa, há três semanas estive com os serviços de educação e com o Sr. Vereador a fazer um debate sobre algumas questões da rede. Agora o documento carta educativa passou a ser centralizado, e estamos à espera da regulamentação por parte do Ministério da Educação e dos representantes do Ministério de Educação que nem Conselho Municipal de Educação vem apresentar os relatórios. Portanto, Sr. Membro da Assembleia, nós queremos começar a fazer formalmente a revisão à nossa carta, nós e centenas de municípios deste país. Não está do nosso lado, estamos à espera que digam qual é o modelo porque está por regulamentar.

Quanto ao ritmo e à passada, eu convido o senhor para uma corrida, seja no ensino ou no atletismo, um destes dias.

Caro Jorge Freitas, o senhor fez aqui um conjunto de considerações, em primeiro lugar, se calhar, confundindo um bocadinho o que é um relatório da atividade municipal porque se quiser que eu faça do relatório um conjunto de considerações políticas e das tomadas de iniciativa política que o município tem sobre esta matéria, o senhor ia dizer que isto não era relatório nem era nada e que não valia a pena a gente a encher páginas destas coisas. Tudo aquilo que o senhor referiu, de uma maneira geral, o município tem feito e até tem feito mais e agora vou corrigi-lo e precisá-lo aqui nalguns aspetos. Em primeiro lugar aí está dito que acompanhamos porque nós vamos a todas as reuniões do grupo de trabalho da Mobilidade, mas nós não acompanhamos nós fazemos o trabalho, percebe? Porque aquele grupo de trabalho tem lá uma senhora do vosso partido, que também foi contratado para gerir aquele processo, o trabalho não é feito por ela nem por mais ninguém, é feito pelos técnicos dos vários municípios e pelos políticos. Na próxima vou eu,

não vai a Sra. Vereadora, no dia quatro às quinze horas, porque queremos fechar de uma vez por todas o caderno de encargos para a concessão.

Depois quando o senhor diz que temos uma posição recuada, o senhor tem que perceber o que é que se passa no Conselho Municipal de Mobilidade que e um órgão criado para o efeito. E nós nesta matéria, eu reuni com os TST, eu reuni com a comissão de trabalhadores dos TST, nós avaliámos quais foram as falhas da carreira que o senhor refere, já houve mais, agora há menos mas há de facto. Nós temos essas propostas todas feitas, agora senhor incorre aqui nalguns aspetos talvez porque lhe tenha falhado aqui o acesso a algum documento. Quando o senhor diz que a Câmara até podia fazer, bom os senhores durante anos engataram esta coisa toda dos transportes porque nenhum Governo conseguiu fazer cumprir os serviços mínimos que estão na legislação, que é todas as localidades terem no mínimo uma ligação à sede de concelho. Este que é para toda a gente perceber, fora os outros, mas posso-lhe dizer que nós somos impedidos de o fazer. Sr. Membro da Assembleia, nós fomos notificados pela Autoridade Metropolitana por causa de termos o chamado circuito urbano do Pinhal Novo a funcionar, porque não nos autorizaram a experimentar o circuito urbano na concessão e, portanto, está a ser um circuito regular especializado pago à parte, faço-me entender? Não pode ser assim, nem as autarquias têm dinheiro para isso porque as autarquias o dinheiro que entregaram para isso está a ser mensalmente sacado pela Direção-Geral das Autarquias Locais para o fundo dos transportes. Por essa ordem de ideias os municípios nem precisavam de mais nada, se lhes pagassem faziam os transportes todos às pessoas.

Meu caro, tudo aquilo que está desenhado da rede para o nosso concelho corresponde não só aos compromissos políticos que temos assumido com a nossa população, como todas as questões que alguma vez surgiram nesta Assembleia, e noutras Assembleias das freguesias, todos os circuitos estão contemplados na nossa proposta. Vamos ter que pagar mais, fique já sabendo, que é para ver se vale a pena. Vamos ter que pagar mais, sabe porquê? Porque o concelho de Palmela, que não é o concelho do Barreiro nem concelho da Moita, com trinta e quatro e cinquenta e quatro quilómetros respetivamente, é que isto vai ser pago ao quilómetro, portanto o senhor já está a imaginar que quem nunca teve nada agora para ter alguma coisa vai pagar mais do que aqueles concelhos como a Amadora que é altamente beneficiado com vinte e quatro quilómetros quadrados e tem os transportes todos à porta, os passes estão a render bem, mas nós vamos pagar ao quilómetro.

Ainda há muita discussão a fazer sobre esta matéria, nós estamos satisfeitos com o início do processo, estamos satisfeitos com a redução dos passes, só ficaremos inteiramente satisfeitos quando a oferta corresponder àquilo que nós consideramos fundamental, mas depois cá estaremos para discutir os devaneios daqueles que até acham que os autocarros têm de passar à porta de todas as unidades comerciais e dentro do seu bairro, porque isso é impossível em todos os pontos do mundo. Até nas grandes cidades europeias que têm modelos de transporte reconhecidos de proximidade como Barcelona e outros que podia aqui citar, Amesterdão, etc., é impossível fazer isso, mas devo dizer-lhe que estamos proibidos de antecipar qualquer concessão. Nós propusemos que a carreira Bairro Alentejano, Quinta do Anjo e Palmela, que hoje é paga pelo município para transportes escolares passasse a fazer o transporte de passageiros regular, e a autoridade de transportes não permitiu enquanto não houver a nova concessão não há mais nada para ninguém.

Por outro lado eu já disse a esta Assembleia, e isto é importante perceber-se, que os TST fruto da nossa pressão apresentaram-nos uma proposta que ia ao encontro dos nossos desejos. A ligação da Quinta do Anjo, a ligação à Estação de Palmela/Padre Nabeto, a ligação no Poceirão/Marateca, mas sabe o que é que queriam em troca? Que a gente deixasse acabar outras, não é assim. Então vamos à concessão e depois seja os TST seja outros quaisquer que vão lá, vão, fazem o serviço e nós pagamos e esperamos pagar e ser recompensados. O município tem tido toda esta postura, agora se o senhor quiser através de requerimento pedir as informações técnicas do que é que o município propôs, naturalmente mas eu não vou por isso no relatório de atividade. Perceba porque senão os senhores iam dizer que isto era fastidioso, como algumas das minhas explicações que não interessam ouvir. Relativamente à FERTAGUS, temos apertado com a FERTAGUS aliás não é de agora, aquilo que eles dizem da mudança das carruagens nós aqui nestas Assembleias já falamos disso, não no atual mandato, já falamos disso há muito e estava tudo resolvido porque à entrada do Pinhal Novo dá para fazer a manobra, e o senhor sabe disso porque é ferroviário.

Sra. Membro da Assembleia Ana Elísia, promoção e apoio à economia local, extravasa muito a questão da incubadora. Incubadora de empresas, as candidaturas ainda não abriram, começámos a fazer as obras, sobretudo de acessibilidade para instalação de uma caixa de Multibanco que agora está muito difícil instalar, qualquer dia é como os transportes. Agora vêm à Câmara com abaixo-assinados para a Câmara pôr caixas de Multibanco porque o Banco vai fechar a caixa de Multibanco. Pergunto aos senhores como autarcas se acham que é este o caminho ou se a gente tem é de apertar as goelas à Banca que anda a brincar com os clientes e com o dinheiro dos portugueses há muito tempo. Portanto, só para lhe dizer que começámos as obras, as obras interiores temos o projeto feito, infelizmente quem devia agora revê-lo e fazer o caderno de encargos foi intervencionada cirurgicamente e vamos ter que aguardar pela pessoa mais um mês ou dois, mas a candidatura ainda não abriu mas estamos a fazer esse trabalho com a ADREPES e é preciso saber que nós quando estamos nestas instituições trabalhamos em rede, esse trabalho tem sido feito com a ADREPES e ainda bem que a Sra. Membro da Assembleia pediu os dados da ADREPES, eu creio que a ADREPES esta semana e o município também ia replicar um pouco esses dados porque como preside também a esse GAL acha que deve tornar públicos esses dados, mas penso que ele já estão disponíveis no site da ADREPES para se perceber que este GAL, para além da sua proactividade, é o que tem mais projetos bem-sucedidos seja no país, seja no rural, no costeiro. Infelizmente no outro onde deviam de entrar estas coisas não há avisos e duvido que venha a haver alguma DLBC urbana, duvido, infelizmente. Isso foi anunciado com pompa e circunstância no início do ciclo dos quadros comunitários, mas ainda não vi um único projeto aprovado nessa matéria a não ser o CLDS que depois cada um fará a sua avaliação.

Portanto, obras, projeto, mesmo sem candidatura, é nosso compromisso este ano começar as obras. É pena porque sempre viria, se calhar, uns quarenta por cento, mas queremos avançar com a obra este ano. De resto, garanto-lhe que quem nos contacta também por essa via tem tido atendimentos, tem tido encaminhamentos e tem tido contacto com a ADREPES e com a rede de parceiros que temos. Agora gostávamos de ter o espaço, porque o espaço é outra coisa e nós temos lá o espaço para disponibilizar, mas precisa destas obras que estávamos a ver se vinha algum dinheiro, porque de outra forma isto é tudo muito mais difícil de se fazer.

Dra. Rosa Pinto, Membro da Assembleia, projeto de reabilitação mercado de Quinta do Anjo. A candidatura que foi aprovada só ontem foi assinado o contrato, é só para perceber que estas coisas demoram muito tempo a assinar o contrato com a IFAL, foi assinado ontem. Nós temos neste momento orçamentos, cadernos de encargos, etc., e as instruções que foram dadas aos serviços quando conseguirmos lançar a empreitada Quinta do Anjo é o primeiro, nós vamos intervir em Quinta do Anjo, Pinhal Novo e Palmela, mas Quinta do Anjo é o primeiro porque é o mais pesado até do ponto de vista da obra e porque está a mexer felizmente, está a mexer, não sei se tem isso lá ao sábado, vale a pena, o mercado está a mexer com vendedores, com produtos locais e com dinâmicas associativas, o espaço tem que ser requalificado e estamos a trabalhar nisso.

Início da obra da escola de Cabanas já iniciou a obra. Se ela anda como nós gostamos ou não isso são quase todas temos todos os dias grandes guerras.

Segunda fase do HUB10, quando arranca? Acabámos de receber a proposta para o projeto. Será adjudicado dentro de uma semana o projeto. Isto nunca antes do final do ano teremos concurso para a obra e a parte da rotunda anda devagar porque há as vicissitudes das obras que hoje são "o pão nosso de cada dia" em todo o lado e não é só em Portugal, mas isso agora não interessa."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente, mais rápido.

Peço desculpa, temos vinte minutos já de resposta."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Só para lhe dizer que alguém questionou: mas andam lá há tanto tempo e nunca mais fazem sequer o modelo da rotunda? Não, é preciso perceber, até pelo preço das coisas às vezes percebe-se, nós estamos a

desviar infraestruturas subterrâneas e isso tem tudo que ser feito antes de iniciar a parte de construção civil, mas felizmente aquilo começa a tomar forma e acho que está a agradar à generalidade dos transeuntes.

Alcatroamento da nacional trezentos e setenta e nove, transmito a V. Exa. aquilo que foi objeto da reunião que tive com as Infraestruturas de Portugal em que me transmitiram que em dois mil e vinte têm o projeto de requalificação da estrada. O espanto da senhora é o mesmo espanto, eu venho segunda-feira a Palmela e disse quem andou a pintar isto? Vi logo que não eramos nós, aquela tinta não é da empresa que trabalha connosco, pensei bom afinal isto vai ser tudo pintadinho até Azeitão, ontem estivemos nas Cabanas a reunir lá com uma associação e estávamos a falar nisto, nem a placa de localidade eles repõem, nem pintam, passadeiras são invisíveis é, de facto, complicado.

Lâmpadas fundidas, é comunicar, já está reportado, isto é eficiência. Se a EDP for tão rápida quanto nós a queixarmo-nos, é que isto queixar é fácil e reportar hoje com as tecnologias é fácil, agora vamos ver é se eles têm capacidade de resposta, também.

Limpeza, foi aquilo que já foi aqui há outros fatores eu espero, também, e alguns já se aperceberam ainda há pouco via aí num grupo do Facebook que há uma grande polémica por onde andam a mudar contentores aqui e acolá. Não andam a mudar contentores coisa nenhuma, estão a fazer gares para contentores não só para acomodar os contentores que já tinham gare ou mesmo que não tivessem gare da Câmara, mas para colocar contentores para a recolha seletiva. Já expliquei isto, isto é uma opção da AMARSUL, o nosso espaço público quanto a mim isto devia de ser tudo invisível e na casa de cada um como noutros países ou como na Maia, no centro da cidade da Maia, cada um tem na sua casa e no seu prédio as coisas. Mas, de facto, eu creio que vamos beneficiar e que vamos todos reciclar mais espero eu, porque acho que o concelho e a península têm que aumentar muito os níveis para chegar aos níveis comunitários exigíveis, mas pelo menos adequados. Eu espero, também, com isso que alguma deposição indevida e atrás dos ecopontos e que voa e que se espalha pela estrada. Ainda à pouco cheguei ao São João e estava ali ao pé dos repuxos um papelão grande e o São João foi limpo hoje."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Está Sr. Presidente?

Sim, senhor muito bem, então boa ideia fica para depois.

Quem tem alguma questão mais? Podemos continuar? O Domingos Rodrigues já me perdoou, e já passou a questão dele para a próxima reunião, porque não lhe dei a palavra.

Vamos passar ao ponto número dois."

PONTO DOIS – Contrato Interadministrativo celebrado entre a Câmara Municipal de Palmela e a União das Freguesias de Poceirão e Marateca – Construção de muro na Avenida da Liberdade em Águas de Moura, junto ao Bairro Popular.

A **Sra. Ana Elísia Monteiro do PS** ausentou-se da sala pelas 23:56 horas.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sra. Presidente, se me permite, referiu e muito bem, que a introdução está escrita mas eu volto a solicitar que fique na íntegra transcrita na nossa ata."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Bem, vamos então ao ponto dois contrato interadministrativo celebrado entre Câmara Municipal e a União de Freguesias, Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Procurando resumir a proposta…"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Não é preciso resumir a proposta, os Srs. Membros da Assembleia têm a proposta portanto se tem alguma coisa a acrescentar à proposta muito bem."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Não, não tenho."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Não?

E os Srs. Membros da Assembleia, têm questões sobre a proposta?

É assim que temos que fazer, cada um faz o seu trabalho de casa.

Há questões sobre a proposta? Quem não leu, lê-se, tivesse lido.

Não há questões sobre a proposta? Não há? Está tudo bem?

A Dra. Rosa Pinto tem questões sobre a proposta, tem a palavra Sra. Membro da Assembleia."

O **Sr. Jorge Freitas do PS** ausentou-se da sala pelas 23:57 horas.

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Só fazer um pequeno considerando muito breve, é que concordo com este contrato interadministrativo e faço aqui, também, o apelo para a intervenção aqui no muro do São João e nas pedras já agora ou por contrato interadministrativo ou pela Câmara e só um pequeno aparte, mas pronto, votaremos favoravelmente esta proposta."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, alguma, questão mais?

Sobre isto, Sr. Presidente tem alguma coisa a acrescentar ao que disse a Dra. Rosa Pinto? Não?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Não senhor."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem.

Então vamos avançar, vamos votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, vinte e nove votos a favor (quinze da CDU, sete do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sobre o ponto três, Contrato-Programa entre o Município e a Palmela Desporto, há alguma coisa a acrescentar à proposta Sr. Presidente?"

PONTO TRÊS – Contrato-Programa entre o Município de Palmela e a Palmela Desporto, Empresa Local de Promoção do Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, E.M. Unipessoal, Lda.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sobre o ponto três, Contrato-Programa entre o Município e a Palmela Desporto, há alguma coisa a acrescentar à proposta Sr. Presidente?"

A **Sra. Ana Elísia Monteiro do PS** retomou participação nos trabalhos pelas 00:01 horas.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Eu gostaria de destacar aqui alguns aspetos da proposta."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Está bem, sim senhor."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Srs. Membros da Assembleia é conhecida a política e as orientações que o município tem dado para esta área do desporto, através da empresa municipal seja na gestão dos seus equipamentos desportivos seja numa política de programas com fins educativos desportivos e sociais, procurando progressivamente ir aumentando o número de praticantes desportivos e os níveis desportivos, e de exercício e de saúde dos residentes, também, do concelho.

Estas funções sociais acometidas à Palmela Desporto tem como consequência custos que justificam uma comparticipação do município a título de indemnização compensatória ou subsídio à exploração, assim foi no nosso caso e assim é em todas as empresas municipais que conhecemos seja desta área, seja de outras, e temos procurado analisar, precisamente, o custo benefício deste investimento que fazemos através desta indemnização compensatória.

O que se pretende agora é que possamos contratualizar até final do mandato, até final do ano civil de dois mil e vinte, estender este contrato-programa com outros valores e, naturalmente, também, com outros objetivos mais ambiciosos possibilitando depois, para isto não coincidir daqui a um ano antes das eleições e com eleições etc., ao novo executivo municipal, findo esse ano civil, decidir sobre o modelo de comparticipação.

O contrato-programa tem um clausulado com os fundamentos, as finalidades, os deveres e os direitos de cada uma das partes e eu, procurando ir ao encontro do desiderato de V. Exa. de resumir, chamava à atenção desde logo para o relatório do contrato-programa anterior, onde é possível verificar que os indicadores que haviam sido estabelecidos para o biénio foram todos eles ultrapassados, portanto os objetivos foram atingidos mas os números *de per si* sendo importantes também não dizem tudo. Regista-se, de facto, uma atividade, e uma interação e investimento na comunidade por parte da Palmela Desporto muito superior a biénios anteriores, portanto, não é só o número de praticantes, o número de atividades, mas, sobretudo, as dinâmicas de interação com várias instituições, escolas, juntas de freguesia, têm permitido levar a prática do exercício físico, o desporto, a saúde e o lazer a muito mais gente para além destes números oficiais dos clientes utilizadores.

Este contrato-programa por sua vez estabelece aqui objetivos para ultrapassar, também, esperamos nós, de mais utilizadores ainda e pretende uma eficácia superior. Por um lado, eu daria aqui este exemplo, têm que ser atingidas as metas até trinta e um dezembro de dois mil e vinte e um que estão no anexo, e têm que ser sempre superiores àquelas que foram agora ultrapassadas e atingidas, mas quero aqui destacar uma meta que para nós, de facto, é muito ambiciosa e muito importante. Diz respeito, por exemplo, à realização do programa "Aprender a Nadar" que se pretende que nos dois próximos anos, como já vai entrar no próximo ano letivo, se estenda ao segundo ano de escolaridade e também ao primeiro ano de escolaridade. Isto vai significar que teremos, no mínimo, mais quinhentas crianças no projeto "Aprender a Nadar". Neste momento a média dos anos tem sido uma média de mil e quarenta, é a média que aí está na estatística.

Aumenta, naturalmente, também, o número de horas de utilização por parte dos clubes, pretende-se que o número de inscritos nas várias atividades aumente e pensamos que, também, é possível atingir esse valor e, obviamente, o que se propõe é aumentar o subsídio à exploração considerando não apenas os custos das atividades que aumentaram substancialmente, e nós temos as contas feitas porque às vezes isto não é só dizer assim mas há noventa na natação de competição, não nós temos a contabilidade analítica deste custos. E a contabilidade analítica destes custos significa, uma vez, alguém me dizia aqui a natação de competição também paga. Está bem, mas quanto é que custa? Que é para se perceber quanto é que pago e quanto é que tem que ser financiado pelo serviço publico e, de facto, a natação de competição, por exemplo, para terem uma ideia entre a entrada de receita e os custos da escola de natação dá um défice de cento e trinta e cinco mil euros. Para que são os subsídios à exploração? Para cobrir estes défices de exploração daquilo que se entende ser um serviço público e social e o mesmo, enfim, temos aqui com outras atividades. O "50+", por exemplo, onde as pessoas pagam uma quantia simbólica de uma atividade de dois euros e setenta e seis por semana, com os técnicos, com as deslocações aos vários equipamentos porque o programa está em várias freguesias, em coletividades, em IPSS, etc., dá, por exemplo, um prejuízo, atenção que estamos a falar de prejuízo não é em termos económicos, mas tem um desequilíbrio entre aquilo que entra na receita e o serviço que é prestado de cento e setenta mil euros. É isto que é preciso perceber o que é a gestão destas atividades e o que é a gestão destes equipamentos.

Por outro lado, e isso a empresa têm-no feito bem, tem procurado, também, cumprir a legislação que houve de descongelamentos, de atualizações salariais, etc., etc., e está em negociação um novo acordo de empresa que vai certamente provocar mais despesa mas, mesmo assim, a empresa tem conseguido criar mais-valias que têm servido para cobrir esse aumento de encargos com pessoal, não sabemos no futuro como vai ser porque o acordo de empresas está a ser negociado. Eu, por exemplo, até sou adepto do salário mínimo aos oitocentos e cinquenta euros, sei que outros não são mas, pronto, é só para dizer que isto tudo depois tem um custo.

Em contrapartida noutros indicadores económicos e/ou financeiros tem havido, de facto, poupanças, medidas energéticas nessa área e noutras poupanças muito substanciais mas que depois o aumento da atividade, o aumento do número de horas de utilização dos equipamentos, acaba por fazer com que essas despesas de funcionamento não baixem tanto. Nós previmos que isto vai ter que ter aqui um subsídio à exploração na ordem dos, eu não fiz as contas por ano, mas os senhores terão feito, porque isto dá dois anos e quatro meses deste ano, setecentos e setenta e tal mil euros, mas o senhor tem as contas feitas depois diz-me, mas temos isto tudo devidamente fundamentado.

Nós dizemos sempre se um dia a Palmela Desporto não precisar tanto de subsídio à exploração, obviamente, fará como tem feito, aliás, nos últimos anos, Sr. Membro da Assembleia, porque se fizer as contas, e o

senhor é desse tempo, àquilo que se pagava dantes aos clubes, etc., e àquilo que era dado à Palmela Desporto como indeminização compensatória, olhe que nos últimos quatros anos ficámos abaixo dessas médias e a empresa tem tido resultados positivos. Não são resultados positivos de milhões, nem é para distribuir pelo acionista maioritário, único, é para investir na empresa de acordo com um plano de investimentos que tem feito muitas remodelações, e vai ter que continuar a fazer, sendo que os mais significativos, aqueles que dizem respeito até reformulação total da eficiência energética e do equipamento são, naturalmente, feitos pelo dono do edifício que tem o edifício cedido em contrato de comodato à empresa.

Feitas estas explicações, reservar-me-ia depois para as questões e também para outros dados."

O **Sr. Jorge Freitas do PS** retomou participação nos trabalhos pelas 00:06 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Srs. Membros da Assembleia, então questões sobre esta proposta?

Tem a palavra o Partido Socialista, Sra. Membro da Assembleia Dulce Marques."

A **Sra. Dulce Marques do PS:**

"Cumprimento a Sra. Presidente, que ainda não tinha tido oportunidade esta noite de cumprimentar pessoalmente, bem como todas as pessoas presentes na sala.

Quando estava a pensar um bocadinho sobre esta questão, tentei procurar alguma informação nomeadamente no site e na página do Facebook da Palmela Desporto e também da Câmara Municipal. Podia ter lido, realmente, o preâmbulo e tudo isto, e que li, claro, mas de alguma forma quis tentar confirmar ou quis tentar documentar-me um bocadinho mais sobre o que era isto de uma empresa municipal. De facto, aquilo que li na página do Facebook dizia qualquer coisa como a Palmela Desporto tem como missão garantir uma eficiente e eficaz gestão dos equipamentos desportivos e promover o desenvolvimento do desporto para aumentar o número de praticantes e o nível desportivo.

Exatamente acabou de o dizer e, de facto, de acordo com o relatório que nós tivemos oportunidade de verificar aqui, temos aqui um número mais elevado de praticantes e parece que com resultados também bastante positivos.

Depois, no site, também, dizia qualquer coisa como a visão ser uma empresa local exemplar, cumpridora da legislação e das orientações estratégicas do município de Palmela e uma referência nacional de serviço público municipal de desporto pela qualidade dos serviços prestados à comunidade. Poderia continuar a ler os princípios, os valores, tudo isso, e chamou-me a atenção um testemunho, aliás na página aparecem vários testemunhos, que referenciava a qualidade do serviço prestado e do espaço das Piscinas Municipais de Palmela, e eu pensei há aqui qualquer coisa que não está certa porque, realmente, o espaço nós sabemos que está com uma série de debilidades e de fragilidades que têm que ser realmente melhoradas, no entanto, também havia outros aspetos positivos de outros equipamentos municipais e muito bem.

Concluindo esta parte, para mim, de facto, a Palmela Desporto existe para a gestão dos equipamentos desportivos e a sua rentabilização por um lado, por outro lado como veículo para colocar em prática a política ou estratégia municipal para o desporto. Porem, não sendo eu uma expert em desporto nem pouco mais ou menos, aquilo que se percebe é que não existe realmente assim tanta manutenção, não se vê assim tanto investimento, não se vê assim tanto a rentabilização e vê-se sim um praticar de preços acima dos preços de mercado. Poderíamos argumentar aqui que, se calhar, este mais caro pode servir para o "Aprender a Nadar", por exemplo, também pode servir para investir nos recursos humanos mais qualificados, no entanto se formos aqui mais abaixo à nossa vizinha Moita nós temos, por exemplo, natação livre, abertura ao público, uma prática de um euro e cinquenta e dois, em Palmela será três euros ponto zero dois. Escutava o Sr. Vereador Calha na última reunião de Câmara dizer que seriam apenas três euros,

pois na Moita são apenas um ponto cinquenta e dois, e poderia comparativamente com outros, no Barreiro são um ponto noventa e cinco, por aí a fora, e só estou a falar desta natação livre porque depois todos os outros preços, de facto, os nossos são muito mais caros e não são assim com tanta qualidade quanto é aqui referido.

Perguntava-me também em relação aos recursos humanos, a questão de podemos estar a tentar investir em recursos humanos qualificados e competentes mas também podemos estar a investir, se calhar, em diretores um por cada equipamento desportivo que, se calhar, poderá ser um extra que não supérfluo, não sei pergunto-me.

Como, como?"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Diga, diga, Sra. Membro da Assembleia."

A **Sra. Dulce Marques do PS:**

"Depois a proposta que está aqui também a ser apresentada, apresenta um aumento de dez mil euros mensais de aumento do subsídio à exploração. Aqui a questão é saber se este investimento, que poderá ter toda a sua pertinência e acredito que tenha não é isso que está aqui em questão, irá tornar a Palmela Desporto mais eficiente, mais transparente, mais autónoma, mais lucrativa e até mais social, atendendo a que é para isso que também existe, não é?

Perguntava-me nesta minha reflexão, realmente para que é que serve esta empresa municipal em Palmela? Se realmente faz sentido que ela exista ou teríamos um resultado diferente como noutros concelhos onde não existe uma empresa municipal para gerir os equipamentos desportivos.

Diga?"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Terminou a sua questão?

Srs. Membros da Assembleia, há mais perguntas?"

A **Sra. Dulce Marques do PS:**

"Queria terminar, dizendo que sabemos que há um conjunto de estudos que estão na forja e que talvez irão permitir responder a todas estas questões e, se calhar, tomar aqui uma posição diferente. Diria que aguardamos com serenidade este estudo mas, entretanto, iremos votar com uma abstenção porque até à data é esta a informação que temos.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra agora o PSD/CDS.

Só um pequeno pormenor, imagino que os Srs. Membros da Assembleia estão todos de acordo que continuemos a sessão até terminar, não é?

Sra. Membro da Assembleia, Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Ora bem, a posição quer do PSD, quer do CDS, até no nosso programa eleitoral foi muito clara e extinguiríamos a empresa Palmela Desporto e seria a Câmara com os seus departamentos a gerir o equipamento.

Para além disso, não que tenhamos alguma coisa, pensamos que a Câmara com técnicos poderia gerir melhor diretamente e teria menos custos. Para além disso, a questão dos preços já foi aqui debatido várias vezes não iremos referir. Esta subsidiação ao fim ao cabo, com uma empresa que existe em vários municípios, mesmo da nossa cor e não quer dizer que estejamos de estamos de acordo com este tipo de empresa já há muitos anos que dizemos isto e o nosso voto nunca é favorável e continuará a não ser, mas este ano estive aqui a ver nos indicadores de medição dos objetivos sectoriais de dois mil e dezanove/dois mil e vinte e um face embora estejam em grelhas diferentes uma vez que um faz parte do outro protocolo o outro são a medição e fiz aqui duas ou três comparações, mas nas classes na Piscina Municipal de Palmela prevê-se um incremento nestes anos, de dois mil e dezanove a dois mil e vinte e um, de trinta e três pessoas face à execução, é certo que nos anos dezassete/dezanove em relação às previstas houve uma execução superior, sim senhora, depois no "50+", prevê-se mais duas pessoas. Se calhar abate-se um bocadinho os que vão falecer e depois o aumento acaba por ser aqui. Como é que isto vai incrementar com estes indicadores tão baixos, depois nos colégios e infantários mantem-se os cinquenta e um, mantem-se salvo seja porque depois há aqui um mapa que diz colégios que eu vi aqui desaparecer "Os Cenourinhas", aqui deve ser a informação que já têm de algum colégio que não vai continuar, penso eu.

Mesmo votando contra, por todas as alegadas razões que sempre invocámos, mesmo assim, considero pouco ambicioso este programa e também referimos aqui que alguns equipamentos, e que o Sr. Presidente também já referiu várias vezes, necessitam de urgentes melhoramentos e ai é Câmara que tem que se candidatar a esses melhoramentos, mas esses são feitos pela Câmara, eu sei…"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Não, depende."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Ah! São feitos pela empresa. Eu tinha ideia quando foi os painéis solares, quando falámos dos painéis solares que ia ser a Câmara, a empresa faz as pequenas manutenções de acordo com o contrato-programa. Mas nós aqui em Palmela consideramos que tinha que haver grandes melhoramentos, embora no Pinhal Novo possa haver melhorias, mas as condições são um bocadinho melhores.

Disse, obrigada."

A **Sra. Maria Luisa Paulino do MIM** ausentou-se da sala pelas 00:18 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Srs. Membros da Assembleia, mais alguma questão?

Então pedia ao Sr. Presidente que, com algum esforço de síntese, respondesse."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Enfim, houve um conjunto de considerações…"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"O que eu peço só, é mais síntese na resposta, peço desculpa, hoje preciso mesmo."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Ia dizer precisamente que não tenho mais comentário a fazer, acho que está justificado, naturalmente, os senhores têm dúvidas, há coisas a melhorar nos equipamentos, isso há todos os dias e faz parte da gestão corrente e ser o município diretamente nós também não temos reclamações todos os dias com coisas para fazer?

A nossa convicção, Sra. Presidente só para concluir, é que o modelo flexível que uma empresa municipal permite até para diversificar as atividades, ter um conjunto de outros prestadores de serviços que não necessitam de estar naturalmente no mapa, nem querem, porque para algumas atividades ninguém está lá a fazer horários de *nine to five*, estão a fazer fins de tarde, são atividades que não se está lá de manhã à noite, são pessoas que trabalham em vários sítios, que este modelo é aquele que produz melhores resultados.

O estudo que decidimos todos fazer é um estudo que aceitaremos com a maior naturalidade os seus resultados, depois cá estaremos para ver. Eu sei que se houver algum resultado que implica internalização depois daqui a uns anos, se calhar, estamos aqui a discutir aquilo que os senhores discutiam há oito anos atrás, a Câmara tem pessoal a mais, é que sabe um dia quando nós tivermos que internalizar funcionários, por exemplo, da ADREPAL, que aí eu defendo a extinção da empresa assim que as coisas estiverem resolvidas falaremos disso a seguir, ou quando algum dia tivermos que internalizar isto, que é perfeitamente natural porque tem acontecido noutros municípios não empresas desta natureza, outras, essas sim, que se calhar produziam muito pouco, mas cada município fez a sua avaliação, então cá estaremos para assumir o que tivermos que fazer eu também estou bastante tranquilo relativamente ao estudo."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente, muito obrigada pelos esclarecimentos.

Srs. Membros da Assembleia, vamos votar esta proposta."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com quinze votos a favor da CDU, três votos contra do PPD/PSD.CDS-PP e doze abstenções (nove do PS, uma do MIM e dois do BE).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Então sobre as Contas Consolidadas, é muito rápido."

PONTO QUATRO – Contas Consolidadas 2018.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sra. Presidente, trata-se de uma obrigação legal juntar as contas do grupo municipal e fazer a respetiva análise. O relatório é claro, não vou estar aqui a citar os aspetos mais abonatórios e positivos, não é que existam negativos porque todos eles são bastante positivos. Houve também o parecer do revisor de contas que terá chegado à Assembleia, e que chegou também ao município, e penso que é clara a transparência e

o rigor das contas e também a evolução da questão dos ativos, os indicadores são os proveitos, etc., são de facto positivos invertemos um ciclo já há dois ou três anos, nesta matéria.

Não tenho mais nada a dizer."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigada.

Srs. Membros da Assembleia, alguma questão sobre esta proposta?

Sr. Membro José Carlos Sousa."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Muito obrigado Sra. Presidente.

Telegraficamente, aquilo que o Sr. Presidente de Câmara acabou de dizer é verdade. Não é que habitualmente não diga verdades mas, ou seja, os resultados são aquilo que foram espelhados também já aquando da apresentação e da Prestação de Contas.

Todavia, há aqui uma nota que aparece sistematicamente, eu fui ver os outros anteriores, no relatório de auditoria e de demonstrações financeiras consolidadas que é nas bases para a opinião de reservas e eu gostava de tentar perceber se não conseguimos superar isto ou se isto é uma questão de interpretação dos serviços e depois do ROC, e diz a dado passo que o património e o balanço estão afetados negativamente devido ao facto de não estar ainda totalmente regularizada diversas situações urbanísticas, arruamentos, benfeitorias e outros, por não estarem estimados os valores que estes bens podem atingir etc., etc., isto vem sistematicamente aqui. É uma teimosia que existe entre uns e outros ou não conseguimos superar isto?

Era só, muito obrigado."

O **Sr. António Mestre da CDU** ausentou-se da sala pelas 00:24 horas.

O **Sr. Manuel Lagarto da CDU** ausentou-se da sala pelas 00:24 horas.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Tem que ser assim, enquanto houver coisas inacabadas nos loteamentos, etc., é o que aqui está."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"É tudo, não pode garantir que tem as estradas todas aqui avaliadas, é impossível.

Não sou eu, eu estou a falar com o Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"É o mesmo que dizer-se sistematicamente nos relatórios que a questão do património pode estar afetada porque até ao Pocal, também se repete sempre a mesma coisa. É que já passaram tantos anos do início do Pocal que até já estamos a mudar o sistema que já não valia a pena isto vir nos relatórios mas é a técnica dos revisores, disto percebem eles."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, então podemos votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com treze a favor da CDU e quinze abstenções (nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, uma do MIM e duas do BE).

A **Sra. Maria Luisa Paulino do MIM** retomou participação nos trabalhos pelas 00:26 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Vamos para a última proposta, Sr. Presidente."

PONTO CINCO – ADREPAL, Lda. – Transmissão do património imobiliário - prorrogação do prazo para outorga do contrato definitivo.

O **Sr. António Mestre da CDU** retomou participação nos trabalhos pelas 00:28 horas.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sra. Presidente, eu, neste caso, se me permite gostaria de ler a proposta até para recordar a alguns Srs. Membros da Assembleia algum histórico para que não se façam, por vezes como eu já ouvi, alguns comentários que revelam desconhecimento do processo, não é o caso de muitos dos Srs. Membros da Assembleia que já há vários anos acompanham esta matéria. É preciso fazer aqui este histórico e este enquadramento e vamos partir só do momento fundamental para aquilo que está em causa, que é o município, independentemente do destino que quiser dar à sociedade de que é sócio minoritário, não perder o património que em boa hora contratualizou dado o volume de investimento de suprimentos que fez ao longo dos anos e que faz muito bem trocá-los pela posse daquele património."

O **Sr. Manuel Lagarto da CDU** retomou participação nos trabalhos pelas 00:28 horas.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Em dois mil e onze o município deliberou adquirir o Espaço Fortuna Artes e Ofícios. Mas não foi uma compra do género vamos comprar tomem lá " x ", não o município fez isto com base no volume de dinheiro que já vinha investindo naquela sociedade e naquele espaço.

A trinta de junho a ADREPAL e o município celebraram então um contrato de promessa de compra e venda referente à transmissão do património imobiliário da firma e nos termos deste contrato o mesmo deveria ter sido outorgado até final do primeiro semestre do ano de dois mil e catorze. Como é sabido em dois mil e catorze, o município pagou a última tranche e com isso tinha que se celebrar a escritura, mas a situação financeira da ADREPAL, que é possuidora do património, não permitiu desonerar o prédio porque tinha empréstimos e sem esses empréstimos estarem liquidados naturalmente que não se podia fazer a outorga da escritura.

Em julho de dois mil e catorze, a Câmara delibera aprovar ou pedir um pedido de prorrogação de prazo, que veio a Assembleia. Atualmente, e analisadas as contas da empresa nos últimos cinco anos, constata-se que a empresa se encontra em processo de recuperação dos resultados de exploração. Nos últimos três anos do

exercício a curva dos resultados é positiva e nos dois últimos anos houve, pela primeira vez, resultados líquidos positivos, tendo a empresa cumprido todas as suas obrigações.

Atualmente a empresa tem apenas um montante global de dívidas de duzentos e oitenta e seis mil setecentos e quarenta e cinco euros e sessenta e sete cêntimos, ou seja são duzentos e setenta e cinco à banca e onze mil a privados. Dívidas à banca dizem respeito à Caixa Geral de Depósitos, no valor de cento e sessenta e quatro mil euros mais umas centenas de euros, e à Caixa de Crédito Agrícola, no valor de cento e onze mil trezentos e cinquenta e quatro euros e quarenta e um cêntimos. São referentes a dois empréstimos, neste caso da Caixa de Crédito Agrícola um de sessenta e nove e outro de quarenta e dois. Comparativamente a dois mil e catorze até aos dias de hoje, para se ter uma noção deste trabalho tem sido feito, o endividamento reduziu quarenta e oito por cento. A dívida da Caixa Geral de Depósitos, e é aqui que reside o busílis, tem ónus sobre os prédios e termina em abril de dois mil e vinte e dois, e da Caixa de Crédito Agrícola, que não tem o ónus, termina em novembro de dois mil e vinte cinco.

Face ao exposto e apesar da dinâmica implementada quer ao nível da gestão diária da loja e da oficina, quer no incremento nas vendas à consignação, quer no aluguer dos espaços, no aumento da realização de visitas guiadas, do aumento dos ateliers e dos resultados líquidos positivos alcançados, a empresa ainda não está em condições que lhe permitam proceder à outorga do contrato definitivo dos prédios livre de ónus e encargos.

Tendo em conta as demonstrações financeiras da ADREPAL, de dois mil e catorze a dois mil e dezoito, verifica-se que, não obstante o otimismo que temos neste momento até pelo ritmo destes primeiros seis meses, mas para não voltarmos a pedir prorrogações, estima-se que apenas no final de dois mil e vinte e dois, que é quando termina o empréstimo que tem o ónus, estará a empresa em condições de cumprir com o contrato assinado com o município que é passar o património todo para o município e o município não perder o investimento que fez lá ao longo destes anos. Eu diria que, se calhar, não valeria a pena falar muito mais do ponto de vista da fundamentação da proposta, porque aquilo que está em causa a defesa do interesse público recomenda-nos a prorrogar o prazo para que o município nunca perca aquele património.

Agora para quem conhece menos bem o processo eu recordo que a ADREPES, o município de Palmela e o Sr. Sebastião Fortuna constituíram em em dois mil e cinco uma sociedade comercial por quotas designada ADREPAL. Recordo, também, o entusiasmo e a aprovação da Câmara e da Assembleia considerando o contributo do Sr. Sebastião para esta arte da azulejaria, e não só, mas sobretudo o seu visionarismo que sendo algo porque a utopia também faz avançar o mundo também tem riscos, mas toda a gente aplaudiu na altura. Aliás, já muito depois das coisas começarem a ter resultados financeiros perigosos, muito mais recentemente, ainda há quem hoje ache que o Sr. Sebastião lá fazia falta, nós achámos que não e chegou uma certa altura que tivemos mesmo que tomar outras medidas, digo tivemos a Câmara, eu não estava cá nessa altura nem sonhava ter hoje estas responsabilidades que também tenho. O capital social foi definido, em dois mil e nove houve um aumento de capital, em janeiro de dois mil e onze o Sr. Sebastião Fortuna cede a sua quota à ADREPES e atualmente o capital social da ADREPAL é constituído por duas quotas, a ADREPES com cinquenta e um, não sei as vírgulas, e o município com quarenta e nove. A quota do município está realizada na totalidade, ao longo dos anos foram feitos vários suprimentos, em fevereiro de dois mil e onze face aos suprimentos realizados o município consegue junto da ADREPAL dizer: *"Eh! pá, já metemos aqui tanto dinheiro o património tem de ser nosso*" e acho que fez muito bem, isso foi também aprovado os vários órgãos municipais, e depois a perspetiva é que isto estava tudo um saldado até dois mil e quinze. Por isso em dois mil e catorze viu-se que não era assim, as dívidas eram mesmo outras, e sem entrar em muitos pormenores é só para vos dizer, mas há aqui Membros da Assembleia que conhecem o assunto e há também a Vereação que teve oportunidade de escalpelizar alguns destes aspetos, estavam sempre a surgir outras questões mal resolvidas ainda da parte de um dos sócios que saiu, nomeadamente o Sr. Sebastião, e chegámos a dois mil e catorze quando pedimos a primeira prorrogação, está a expirar agora, com uma dívida global de um milhão oitocentos e setenta e sete mil quatrocentos e sessenta e nove euros e sessenta e cinco cêntimos. Como devem calcular o trabalho feito desde dois mil e catorze até ao momento é preciso vender muito azulejo, eu não conheço ninguém que tenha enriquecido a vender azulejo, mas isto tem sido com o aluguer dos espaços, com a dinamização de eventos, com visitas, com tudo isto, até para o Dubai, e teve que se dispensar trabalhadores há muitos anos. Neste momento a ADREPAL socorre-se de prestadores de serviços para conseguir fazer face ao número de encomendas que tem.

O município tem um projeto para aquele espaço que já foi apresentado à comunidade, já foi apresentado aos parceiros que estão no local, já foi apresentada ao ICNF- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, está à espera que o ICNF dê o seu parecer final por causa daquilo estar em zona de Parque, e depois do parecer final lançaremos o concurso porque foi uma candidatura aprovada no âmbito do "PRA ARRABIDA" e um projeto ancora neste "PRA ARRABIDA" que vai valorizar muito aquele espaço e que depois com estas questões do Parque Natural da Arrábida e também da Revisão ao Plano Diretor Municipal deixará a Câmara ainda com muito mais valia sobre este investimento que fez há muitos anos mas que ainda não o tem em seu nome, é isto que aqui está em causa.

Todas as pessoas da Câmara que conheci e que tiveram este dossier em mãos e que passaram por este processo fizeram sempre e deram sempre o seu contributo para que isto funcionasse muito bem, mas não foi um processo fácil e linear. Foi preciso muita coragem nos últimos anos e foi preciso trabalhar muito para se conseguir reduzir as dívidas ao valor que hoje aqui está presente e claramente explicitado na proposta.

Com este projeto, com a dinâmica que também quer no período anterior, devo dizer isto aqui publicamente, a forma como arrumou a casa a Dra. Isabel Conceição em representação da Câmara e atualmente o Dr. Joaquim Carapeto, o plano de trabalho, o entusiasmo que há naquele espaço mesmo por quem o ocupa hoje, o volume de encomendas, etc., leva-nos a ter este otimismo que até poderemos conseguir resolver estas coisas antes de dois mil e vinte e dois, mas eu gosto muito de uma palavra que sempre aqui utilizei até quando aprovamos os nossos orçamentos que é a questão da prudência, eu não gostava de em dois mil e vinte e dois estar aqui a solicitar mais prorrogações."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Disse, Sr. Presidente?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Então Srs. Membros da Assembleia…"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Penso que esta prorrogação, quanto a nós, com convicção é um voto de confiança de que a gestão que tem sido feita tem produzido excelentes resultados que são, enfim, consultáveis pelo balanço da sociedade e por aquilo que hoje se vive e se sente no Espaço Fortuna e pela carteira de encomendas que temos que não conseguimos dar conta dela.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Srs. Membros da Assembleia questões sobre esta proposta?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Esqueci-me só de dizer uma coisa Sra. Presidente. Embora o Sr. Membro da Assembleia José Carlos Sousa diga que eu depois não estarei aqui em dois mil e vinte e dois, eu também não sei, mas ninguém sabe, mas garanto-lhe já agora dizer qual é o nosso sentimento e a nossa opção política.

A ADREPAL teve um tempo, tem de ter este tempo até fechar sem dever nada a ninguém e correr tudo muito bem mas, aqui sim, a convicção do município que vale a pena internalizar, não só porque vai ser dona do espaço, porque o número de pessoas não é muito elevado, porque temos um projeto para o espaço que é um espaço âncora no património e no turismo e isso sim leva-nos a dizer com toda a convicção que assim que isto estiver resolvido a questão do património, nós proporemos a nossa saída e a dissolução da sociedade e esta é a assunção, mais do que um compromisso é de uma vontade, quanto mais depressa resolvermos esta questão do património mais depressa faremos essa opção.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Srs. Membros da Assembleia questões sobre esta proposta?

Tem a palavra a Sra. Membro Maria Luísa Paulino do MIM."

A **Sra. Maria Luisa Paulino do MIM:**

"Sr. Presidente, ouvi com toda a atenção e compreendo perfeitamente a sua posição e acredito que, efetivamente, é um espaço bastante agradável e bem frequentado para a Câmara depois adquirir. Contudo o Movimento não está cá desde essa altura, não conhece os contornos, neste momento vai-se abster, mas, com certeza que com o decorrer, pelo menos até dois mil e vinte e um, iremos mudar de opinião porque iremos estar mais por dentro do assunto, portanto, é uma questão de honestidade intelectual é só por isso.

Agora em relação ao Espaço Fortuna devo dizer que conheço há imenso tempo, curiosamente vou a um casamento agora em agosto, por acaso, de uma pessoa que é comumente nossa amiga, e percebe-se perfeitamente que o espaço está-se a tentar dinamizar e faturar porque tem que faturar. Contudo, também, gostaria de atendendo que têm efetivamente a decisão, o poder decisivo, aquele espaço seria muito útil para fazer espetáculos de música que muitas das vezes à noite ou durante o dia, recitações de poesia, teatro. Eu conheço-o bem, tem um potencial enorme, se calhar está mal aproveitado em termos desta dinâmica porque é um espaço que se presta a um ótimo ambiente e tem um ótimo aspeto, portanto, propunha, nesse sentido, se os Srs. Vereadores conseguiam dinamizar mais até porque é muito útil para nós aqui no concelho ter aquele espaço para poder, também, termos alguns momentos de lazer.

É tudo, disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais intervenções?

Dou a palavra ao Partido Socialista, José Carlos Sousa."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Três ou quatro notas sobre estas questões. Não é, obviamente, nada pessoal o senhor não estar cá em dois mil e vinte e dois, estar cá é estar aí como Presidente de Câmara, foi só isso, não é outra coisa, madeira não é?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sim por acaso ainda não pensei se me vou recandidatar ou não."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Não sei se o quererão mas, pronto, é uma questão que depois discutimos noutra altura.

Primeira nota, e muito a sério, parece que o caminho que a ADREPAL neste momento e o Espaço Fortuna tem trilhado é um caminho positivo, não escamotearemos de forma nenhuma essa perspetiva e, portanto, há a ideia de que há trabalho e esse trabalho reflete-se na procura, e esse trabalho reflete na capacidade que temos para dar resposta e em relação a isso penso que não haverá muitas dúvidas nem tente inferir das minhas palavras outra coisa que não isto. É evidente que quando a proposta diz que se deve apenas, e estou a citar o montante de duzentos e oitenta e cinco mil euros, é um apenas sempre relativo. É que se nós fizermos isto comparativamente com um ponto oito milhões que o senhor acabou de dizer e que se devia em dois mil e catorze, etc., etc., há aqui uma recuperação efetiva.

Eu sou do tempo, como aquela velhota do anúncio da televisão, em que de suprimento em suprimento, eu e a Sra. Presidente Ana Teresa Vicente, íamos injetando os diferentes suprimentos na ADREPAL. Um primeiro de quarenta mil euros, depois um segundo de vinte e oito mil, andámos por ali, o que é facto é que, de suprimento em suprimento fomos, e eu cheguei a dizer isto aqui, insuflando o espaço e aquilo transformou-se praticamente no BPN de Palmela.

Nesta linha de pensamento, não é feio, não é feio, porque, efetivamente, durante muito tempo o que nós fizemos foi injetar dinheiro única e exclusivamente, tínhamos uma dificuldade, que mantemos hoje, é que muita daquela construção não é legal em face do espaço da Arrábida, mas alguém a deixou construir e nós aqui temos que balizar isto em termos das responsabilidades que têm que ser adstritas a cada um de nós. É evidente que o Partido Socialista inicialmente votou sempre favoravelmente os suprimentos, eu acho que os primeiros quatro anos votámos sempre favoravelmente porque tínhamos a ideia de que as coisas avançariam e seria relevante para o concelho que aquele espaço fosse um espaço de usufruto do concelho e que toda a gente pudesse ir etc., etc., As questões puseram-se, essencialmente, quando se percebeu que o município nunca teve durante anos a perceção exata do que é que tinha adquirido. Durante muitos anos não tivemos, porquê? Porque aparecia mais esta dívida, e aparecia mais a outra, e aparecia mais a outra e andámos aqui de suprimento em suprimento a tentar superar aquilo.

É evidente que quando fazem esta proposta a dois de julho de dois mil e catorze de uma primeira prorrogação do contrato definitivo fazem-no com uma perspetiva, eu não fui ver a ata não tive tempo mas gostava de ter ido para tentarmos perceber o que é que cada um tinha dito, mas estávamos em dois mil e catorze passaram-se entretanto cinco anos, mas quando isto aqui foi trazido foi também nesta perspetiva de tentar dirimir, e tentar agregar à volta deste património alguma coisa. Eu não sei se foi em dois mil e catorze, se foi posteriormente que se falou em vender, em organizar para vender, vi pela sua intervenção que isso não está nos planos do município e no meu entender bem. Ou seja, o espaço deve ser um espaço que seja usufruto de quem tem que usar o espaço, não de quem poderá usar o espaço, uma coisa de âmbito aberto e digamos numa perspetiva cada vez mais socializadora.

É evidente que a previsão que faz terá como base alguns resultados deste primeiro semestre, de acordo com aquilo que disse, terá como um reflexo do resultado deste primeiro semestre que se pode concluir ou pode, enfim, dinamizar mais ou menos, mas trata-se sempre de uma previsão, o que quer dizer que podemos não chegar efetivamente lá a dois mil e vinte e dois com tudo isto absolutamente organizado. Mas o que é facto é que há aqui, e aliás a Câmara tem quarenta e nove ponto doze e a ADREPAL cinquenta ponto oitenta e oito, um percurso que foi feito que me parece, ou que nos parece, que vai no bom caminho. Esperemos que, posteriormente, consigamos regularizar tudo aquilo que é com o ICNF, com quem quer que seja, mas que consigamos regularizar para termos um espaço em que quando entremos nele nos sintamos bem, a gente sente-se bem de qualquer maneira, mas de qualquer forma é sentirmo-nos bem eticamente ou seja estamos aqui numa coisa que é da Câmara, mas que é uma coisa que, enfim, tem aqui algumas pontas com telhados de vidro que alguém pode lançar e que nós estamos aqui e afinal somos munícipes deste concelho.

Há um percurso que foi feito, parece relevante, há que o continuar, há que tentar encontrar novos mercados, efetivamente Portugal está na moda para muitas coisas, toda a gente adora pasteis de nata, isto, aquilo e aqueloutro e somos procurados por muita coisa e basta irmos lá fora e falar de Portugal e muita

gente dá os maiores elogios, os mais rasgados elogios ao país e temos um fator relevantíssimo que nós muitas vezes não o valorizamos, porque não temos essa perceção, que são as questões ligadas à segurança.

O caminho é este e o Partido Socialista abster-se-á, obviamente.

Muito obrigado. É só Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Estou a pensar, eu ouvi-o, estou a pensar.

Quem mais pediu a palavra? Então tem a palavra Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Ora bem, se bem me lembro, também já cá ando há uns bons anos não era autarca na Assembleia Municipal mas assistia muitas vezes às reuniões da Assembleia Municipal e de Câmara descentralizadas na Quinta do Anjo.

Desde o início no que me toca pessoalmente são posições, não estou aqui a condenar ninguém, discordei à partida do modo como todo este processo foi conduzido, são pontos de vista, não estou a pôr em causa a credibilidade de nenhum autarca, nem de ninguém que, com certeza, à data tomaram as decisões que entenderem por melhor. Contudo já quando veio aqui este primeiro período de prorrogação dissemos na altura, é a nossa opinião política, que consideramos que o interesse público não foi devidamente salvaguardado, não desmerecendo das atitudes e das decisões que cada Presidente que ao longo dos anos teve aqui, aliás, isto até começou eu penso que nem foi no mandato da Sra. Presidente logo de início terá sido em mandato anterior que as negociações terão começado.

Em todo o caso, no que me toca pessoalmente e a Bancada tem completa liberdade de voto, não votarei favoravelmente mais esta prorrogação. Embora considere positivo algum avanço, por estes números que o Sr. Presidente aqui apresenta, percebo que a prorrogação é até dois mil e vinte e dois porque é quando acaba o empréstimo se for completamente e cumprido escrupulosamente com a Caixa Geral de Depósitos que é que tem o ónus sobre o edifício, a não ser que haja algum incumprimento com outra entidade bancária que também pode fazer uma execução ou outra coisa qualquer. Percebo a data de dois mil e vinte e dois, embora o empréstimo ao outro banco, à Caixa Agrícola, só termine em dois mil e vinte e cinco. Depois eu aí, nessa altura, já não estarei cá para votar essa prorrogação com toda a certeza e irei declamar poesia lá para o espaço conforme aqui a colega sugere. Música também já ouvi e vi bons espetáculos, não está em causa a gestão mas a decisão na altura da Câmara Municipal, são decisões políticas, com certeza as pessoas quando decidem, decidem, pelo que encontram a melhor solução, eu aqui sempre achei que isto não era uma boa solução, mas também não sou adivinha, achei que não era, podia noutro caso ter achado uma situação similar e V. Exas. não.

Mantenho a minha posição pessoalmente de não, percebo esta extinção mas considero que não quero dar o meu aval a mais esta prorrogação mas faço votos que ela seja conduzida até ao fim, que as dívidas sejam todas pagas e que a Câmara finalmente adquira o equipamento que já pagou não sei quantas vezes.

E é só."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma intervenção?

O Sr. Presidente da Câmara quer dizer alguma coisa sobre o assunto?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Duas breves notas, Sra. Presidente, se me permite.

Primeiro não me parece feliz a comparação com o BPN, até porque o BPN nós pagámos, continuamos a pagar e não temos nada. Agora diríamos que aquilo que a Câmara foi fazendo ao longo dos anos com todos os acidentes de percurso, vicissitudes, virtudes e defeitos do processo o que a Câmara acabou por fazer foi um mealheiro, foi um depósito, só que está na altura de ter o seu bem e também quero aqui esclarecer a quem menos conhece deste processo que a avaliação do imóvel que lá está, e vou utilizar números de dois mil e catorze, é uma avaliação muito superior ao valor pelo qual o município vai adquirir o património.

Também devo dizer, que tivemos várias ofertas pelo espaço mas seria desonesto da nossa parte vender uma coisa que não era possível licenciar para o uso que as pessoas queriam, e nós apostamos mais e até estamos disponíveis enquanto a sociedade vigorar, e também já houve abordagens nesse sentido, para a entrada de outros sócios, se esses sócios fizerem o capital nós rapidamente pagamos o que há a pagar, antecipamos, temos negociado com bancos, se alguém quer ficar com a dívida que temos a Caixa Geral de Depósitos e nós pagamos a outro banco, temos tentado tudo.

Creio que, neste momento, neste novo ciclo até a nossa capacidade de negociação, precisamente com a banca e com outros investidores interessados é maior é mais solida, contudo com prudência, não vamos prometer que vai ficar antes de dois mil e vinte e dois, o que pedimos é o prazo daquilo que sabemos que temos capacidade para cumprir religiosamente que são as prestações do empréstimo e os respetivos juros. Não tem falhado nada nos últimos anos, tem havido até dinheiro em caixa e achamos que fazemos todos bem dar este voto de confiança para que o negócio se concretize dentro deste prazo que é solicitado porque isso sim é defender o interesse do município, que é permitir que se concretize o negócio que lhe põe nas mãos o património que lhe é devido.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Eu estou a ouvir Sr. Presidente, estou aqui com uma grande hesitação se devo sair do meu papel de Presidente da Assembleia Municipal relativamente a este assunto.

De facto tenho muita pena que as memórias sejam curtas e que nós todos tenhamos sempre uma memória seletiva e temos uma noção dos últimos tempos que nos distancia completamente dos primeiros tempos, até esquecemos a razão de ser das coisas. E eu tenho muita pena que isso aconteça relativamente a esta proposta, estou satisfeitíssima com o ponto em que estamos, naturalmente a Câmara Municipal tem o meu voto enquanto Presidente da Assembleia no apoio esta proposta, no ponto em que estamos, mas sinto uma enorme tristeza pelo facto de todos, todos, termos uma memória tão curta relativamente a este processo. É que eu estive muitas vezes nesta Assembleia noutro contexto, na Câmara Municipal, em muitos fóruns públicos, públicos, em que quem falava não eram os Srs. Membros da Assembleia eram os cidadãos, eram grupos de opinião, eram pessoas organizadas, eram cartas, era gente a chorar, estive em muitos fóruns para que a Câmara Municipal resolvesse aquilo que se passava naquele sítio e não é a Câmara que tem dívidas, nunca foi a Câmara que teve dívidas naquele processo, eu tenho pena que isto não fique claro e que nas intervenções públicas isto não seja dito. A Câmara nunca teve nenhuma dívida relativamente àquele espaço e aquele processo meus senhores, a Câmara pagou dívidas que são coisas diferentes.

E há outra coisa que eu nem hoje vou dizer, que é nunca me ouvirão falar sobre o que estava, digamos sobre aquilo que, se calhar, devia ser dito relativamente à origem do processo, mas não, todos nós, enfim alguns de nós, desculpem lá, alguns, tivemos respeito humano, consideração humana, social e tudo o mais que queiram entender relativamente ao que estava na origem daquele processo. De facto, eu, tenho sempre muita pena quando oiço falar disto e ouço resumir isto a uma coisa do género um mau negócio da Câmara, tenham paciência, tenham paciência.

É só um desabafo, é um desabafo."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Sra. Presidente, se me permite é dizer que estou solidário com o que acabou de dizer e também com o Sr. Presidente quando referiu que isto foi uma coisa aprovada pela Assembleia, de facto, naquela altura, o Partido Socialista também aprovou, também esteve do lado da Câmara e, portanto, é injusto que, de facto, na altura ninguém esperava que aquilo tivesse naquele ponto, que o Sr. Fortuna fosse uma pessoa tão lírica e, de facto, a Sra. Presidente da Assembleia, e anteriormente Presidente da Câmara, não fique assim porque não foi uma coisa só do executivo, o PS na altura também estava de acordo, toda a gente estava de acordo e eu, por acaso, estava aqui a dizer que sentia, quando estava a pensar, o que é que estaria a pensar mas o Partido Socialista que esteve do lado da Câmara e, portanto, isto não é uma coisa para nós estarmos aqui a abrir feridas. É um problema que está a ser resolvido em meu entender, isto é muito pessoal, acho que a Câmara tem trabalhado bem, está a resolver bem o assunto e não é motivo para nós estarmos aqui a criar feridas porque, de facto, a Presidente da Câmara da altura não estava sozinha, porque a situação iria ser bom, depois começou a aparecer problemas que as pessoas não esperavam, mais não foi uma coisa da responsabilidade da Sra. Presidente, nem o executivo, foi de todos nós que assumimos naquela altura que era o melhor para o concelho, assim era exigido, como disse a Sra. Presidente, por muita gente, aquele espaço e a família Fortuna era muito conceituada e toda a gente esteve de acordo, portanto, não se sinta assim porque nós fomos todos responsáveis."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigada.

Não vale a pena prolongarmos esta conversa."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"As decisões que são tomadas por cada um de nós, à data, são sempre as melhores. Eu não tenho ideia de que as pessoas quando tomam as decisões as tomam por malfeitoria. Tomamo-las em função daquilo que é o conhecimento que temos à data e por isso que a Câmara fez na altura, a Câmara tinha conhecimento sobre as coisas, que não era aprofundado, mas tinham conhecimento, tinha pressões para avançar nesse sentido e, portanto, eu repito não fique assim porque a responsabilidade claramente não é sua, não é do executivo, o próprio Octávio do PSD votou sempre favoravelmente, etc., etc., havia uma ideia de que esta era uma forma de avançarmos e podermos transformar o espaço. Houve "n" vicissitudes, houve trabalhos, que eventualmente não foram feitos convenientemente, houve uma série de diagnósticos que não foram convenientemente feitos na altura que levaram a tudo isto, mas à data quando tomamos as decisões e quando votamos face à informação que temos são sempre as melhores e, portanto, eu parto do pressuposto que todos nós que estamos aqui e quem tem que tomar decisões o faz em consonância com esse pensamento, que é o de ficar bem consigo próprio.

Era só."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Podemos votar Srs. Membros da Assembleia?"

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Era só para esclarecer que este processo vem do tempo ainda do Dr. Bracinha Vieira enquanto Vereador e não do Vereador Octávio."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Vamos votar então."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com quinze votos a favor da CDU, três votos contra do PPD/PSD.CDS-PP e treze abstenções (nove do PS, dois do MIM e dois do BE).

Não havendo mais assuntos a tratar, a **Sra. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pela uma hora e três minutos do dia vinte e oito de junho de dois mil e dezanove, da qual se lavrou a presente ata, que eu, **Carlos Alberto da Silva Caçoete**, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, aos vinte e oito de junho de dois mil e dezanove.

A Presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O Primeiro Secretário

Carlos Alberto da Silva Caçoete